

5



A arte da
BOA LUZ

Claudio de Andrade

Acompanha a revista TOGA e LITERATURA IV caixa para acomodar os exemplares publicados, contendo o selo de registro do ISBN. Cumprimos o propósito de divulgar valores literários da magistratura paranaense. Nosso agradecimento pela oportunidade e afirmamos que as mensagens de boa aceitação enviadas pelos leitores serviram-nos de estímulo e recompensa.

A capa, uma imagem refletida do Rio Nhundiaquara, expressa o estilo do premiado fotógrafo, desembargador Claudio de Andrade, que percorreu a Mata Atlântica e o litoral paranaense em frias madrugadas e ao entardecer, sempre à procura da 'Boa Luz'. Conhecedor da técnica e possuidor de refinada sensibilidade, reproduziu momentos únicos da natureza e deu à sua arte finalidade científica ao fotografar procedimentos cirúrgicos. A fotografia, de modo geral, grava a estética do olhar, e a fotografia na pesquisa médica produz um ensinamento pela imagem, ordena e divulga um protocolo.

Ignora-se o motivo que levou o navegador norueguês Konrad Erichsen, homem do mar, casado com Emília Faria de Albuquerque Erichsen e pai de filhos discípulos de personalidades brasileiras, a se transferir e passar a viver numa região montanhosa, escarpada, precária de recursos, um verdadeiro fim de mundo. O filho mais velho, Conrado Caetano foi desembargador no primeiro Tribunal de Justiça do Paraná. Mais de cem anos após, a trajetória profissional desse magistrado é contada por outro, impressionado pela sua postura profissional, coragem cívica e altivez de caráter.

Sem dúvida o nome mais constante em homenagem pública no Estado é o do desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa. Escolhido patrono dos fóruns de Londrina, Cianorte, Faxinal, Goioerê, Marialva e Uraí. Em 2002, o TJPR para evitar esta e outras duplicidades, organizou as designações e, após consulta à família, estabeleceu em acórdão que o fórum da comarca de Londrina receberia o nome de Fórum Des. Antônio Franco Ferreira da Costa.

Retratamos o desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente da Amapar - Biênio 2008/09 – intelectual do direito, magistrado de escol, rigoroso em suas atitudes, sensível literato. Seus filhos, a exemplo de outros filhos, que nestas páginas se expressam, narram emocionados a carreira na magistratura de seu pai, conturbada algumas vezes, difícil, mas vitoriosa, plena de exemplos de garra e perseverança.

A função jurisdicional do magistrado nas comarcas iniciais será sempre rememorada por ele com extrema ternura, apesar do certo espanto pelo inusitado e da leve angústia que causou.

A pintura de flores, a explosão primaveril aparece nas telas da sensível artista Regina Ramina, emolduradas pela beleza da famosa canção de autor filho da terra.

Esperamos que o leitor aprecie, tenha bons momentos na leitura e, no ensejo, desejamos um ano novo com saúde e paz.

Chloris Elaine Justen de Oliveira ✍
Editora



EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná
Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Miguel Kfourri Neto • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3362 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.M-Artes Gráficas Ltda. • **Impressão:** Gráfica Capital Ltda. • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboradores:** Rômulo Cardoso e Daniele Machado • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR - Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura**, não pode ser reproduzida no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Durante quase doze anos, antes de ingressar na Magistratura, ministrei aulas de Português, em colégios e cursos pré-vestibulares.

Alunos chegavam ao “terceirão” ou “cursinho” bem preparados. Escreviam corretamente. Muitos revelavam pendor para redação. Alguns tornaram-se jornalistas conhecidos – e até professores de língua portuguesa. Difícil mesmo era motivar aqueles que, embora talentosos nas ciências exatas, não possuíam o hábito de ler – e, por isso, eram incapazes de escrever. Admitiam, com alguma relutância, nunca ter lido uma só obra literária. Com o auxílio do setor de divulgação das livrarias, costumava estimular os refratários, oferecendo-lhes livros de leitura agradável, crônicas, contos, enredos curtos e atraentes.

E também não era fácil manter aqueles mais de trezentos irrequietos adolescentes atentos aos meandros da literatura e gramática.

Para atrair a atenção, o professor floreava os dados biográficos dos autores; narrava fatos pitorescos; contava as histórias das quais se originavam poesias; resumia o enredo dos romances; declamava – de cor e com ardor – os poemas mais representativos das diversas escolas literárias. Discorria sobre a importância da comunicação oral e escrita, em bom vernáculo, seja qual for a profissão. Apelava, até, para algumas piadas...

Falava, por exemplo, do amor frustrado de Gonçalves Dias por Ana Amélia – e do reencontro ocasional, quando a amada ignorou o apaixonado poeta – origem do belíssimo poema “Ainda uma vez, adeus!” (“*Mas que tens? Não me conheces? / De mim afastas teu rosto? / Pois tanto pôde o desgosto, / Transformar o rosto meu? / Sei a aflição quanto pode, / Sei quanto ela desfigura, / Eu não vivi na ventura... / Olha-me bem, que sou eu!*”).

Lá pelas tantas, ao tratar dos autores paranaenses, lembrava o discurso perdido de Emiliano Perнета, orador de sua turma, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na noite da formatura, proferiu a mais inflamada oração republicana, sem saber (as notícias viajavam a cavalo...) que, já na manhã daquele 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, havia proclamado a República...

E os alunos não esqueciam Emílio de Menezes e seus trocadilhos. O grande (em todos os sentidos) poeta estava no bonde, quase vazio. Nas proximidades do Teatro Municipal do Rio, entram algumas atrizes, com seus vestidos rodados – e uma delas senta-se justamente ao lado de Emílio. O poeta, descontente com o aperto, olha para os vários bancos desocupados, todos com três lugares, fixa o olhar, novamente, na atriz ao seu lado e dispara: “*atriz atroz, atrás há três!*” E quando Emílio, notório boêmio, final de madrugada, encontra-se com a beata, que se dirige à Igreja – e o cumprimenta: “*Bom-dia, seu Emílio! Vai para o apostolado?*” E a resposta, incisiva: “*Não, minha senhora, vou para o lado oposto!*” E há, também, aquela famosa trova humorística de Emílio, ainda hoje atual: “*A laranja é fruta fraca, / Não alimenta como a canja. / Mas em dia de rессaca, / Até Deus chupa laranja!*”

Mas por que canso os nossos leitores, com essas reminiscências? Talvez porque, após quase vinte e seis anos de magistratura, cada vez mais me convenço de que os juízes devem ler muito, sempre e sempre – e tudo, não apenas obras jurídicas. A linguagem, principalmente escrita, é nosso principal instrumento de trabalho. Concisão e correção, virtudes a ser estimuladas.

Por isso, editar os quatro volumes semestrais desta “*Toga e Literatura*” foi um dos grandes objetivos atingidos na gestão que ora se finda. Nossos associados, desde o juiz substituto que, na comarca interiorana, referiu-se prazerosamente aos artigos aqui publicados – até os mais antigos colegas, que testemunharam episódios marcantes do Judiciário paranaense e da AMAPAR, narrados nestas páginas – todos reconheceram, para lá do aspecto puramente literário e artístico, a importância histórica desta publicação.

Enfatizamos, mais uma vez, o talento multifário da nossa diretora de memória e arquivo, Professora Chloris Elaine Justen de Oliveira, grande artífice desta revista – credora da nossa perene gratidão.

Aos nossos colaboradores, os agradecimentos da AMAPAR.

A todos, cordial abraço, do amigo

Miguel Kfoury Neto
Presidente da AMAPAR (Gestão 2008-2009)



SEDES

Casa do Magistrado - Curitiba
Des. Aurélio Feijó



Recreio dos Magistrados - Curitiba
Des. Mercer Junior



Colônia de Férias - Guaratuba
Des. Antônio Franco Ferreira da Costa



Sub-sede de Foz do Iguaçu
Des. Francisco de Paula Xavier Filho



Sub-sede de Londrina



Sub-sede de Ponta Grossa



Sub-sede de Maringá
Des. Clodomir Costa Lima

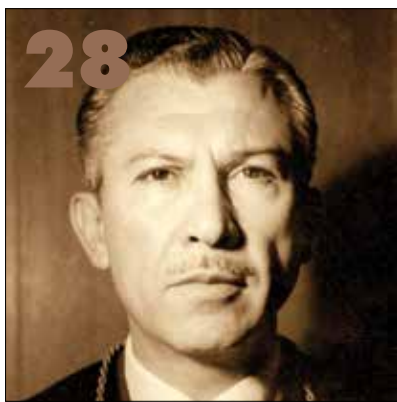
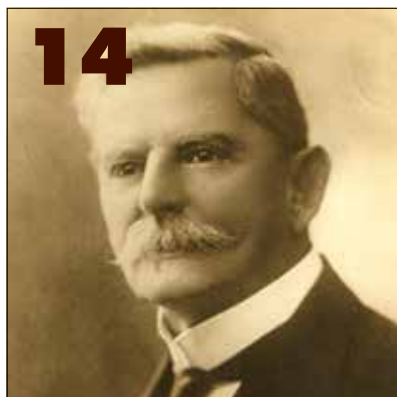


Sede Administrativa - Curitiba



Sede Esportiva - Piraquara
Des. Zeferino M. Krukoski





Anos inocentes 24
Admirável trajetória 34
A escolha de profissão 46
“Justiça não é brincadeira” 48

Talentos
Luíza Pereira Dorfmund 72
Regina Dácia Diógenes Ramina 74
Gil Francisco de Paula Xavier Guerra 76
Ruy Fernando de Oliveira 78

Pintores
João Osório Brzezinski
Waldemar Curt Freysleben
Frederico Lange de Morretes

Um grande amigo

*90 anos do
desembargador
Armando Jorge de
Oliveira Carneiro*

Por Antonio Carlos Carneiro Neto

Pai amigo. Foi este o título da crônica que escrevi no jornal “Gazeta do Povo” em homenagem ao meu pai que, na realidade, foi um grande amigo.

Pessoa discreta, de vida simples e que se dedicou integralmente a magistratura em sua longa carreira.

Como juiz de direito, professor-diretor da Escola Técnica do Comércio, em Guarapuava e professor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa, onde lecionou Direito Civil, realizou-se profissionalmente com dedicação plena ao trabalho.

Ele nasceu no casarão do seu avô – o industrial José Secundino de Oliveira – na Rua Comendador Araújo, em Curitiba, no dia 18 de Setembro de 1919. Seus pais, Antonio Carlos Carneiro Filho e Hilda de Oliveira Carneiro, constituíram a família com quatro filhos homens e quatro mulheres.

Com a mudança para outra casa da família ele passou a infância na antiga Rua Aquidaban – atual Emiliano Perneta – brincando com os irmãos e os primos na Praça Zacarias da pacata Curitiba daquele tempo.

Com o passar dos anos as finanças foram ficando apertadas já que seu avô faleceu prematuramente, vítima de febre amarela, contraída



Des. Armando Jorge de Oliveira Carastim
1903 - 1966

aos 35 anos de idade, no porto de Paranaguá quando fazia o embarque de erva-mate da sua indústria para um importador de Buenos Aires. Tendo perdido o jovem marido, a sua avó, Brasília dos Santos Loyola de Oliveira, manteve a família com a herança deixada, até que, com a Revolução de 1930, muita coisa mudou no país.

Com grande esforço da família, todos os filhos e primos estudaram e concluíram cursos universitários.

Meu pai cursou o primeiro grau, inicialmente no Colégio Santa Maria, depois no Grupo Anexo da Escola Normal Secundária, onde sua mãe, dona Hilda, era professora. Estudou no Ginásio Paranaense e formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na turma de 1946, logo depois de ter deixado o Exército, onde serviu durante a Segunda Guerra Mundial no quartel da Rua Riachuelo.

Foi estagiário no escritório do advogado Dálio Zippin e, aprovado em concurso público, assumiu o cargo de Promotor Público substituto da comarca de Wenceslau Braz.

Em Wenceslau Braz conheceu Josephina Basso - filha do comerciante italiano Guido Basso e de Bernardina Correia Basso - com quem contraiu matrimônio no ano seguinte.

Do casamento nasceram os filhos Antonio Carlos Carneiro Neto, José Renato Carneiro e Armando Jorge de Oliveira Carneiro Filho.

Em 1947 foi removido para a comarca de Pitanga, mas pediu demissão do cargo e dedicou-se durante três anos à advocacia em Wenceslau Braz até que decidiu tornar-se magistrado.

Aprovado em concurso público para a magistratura, em 1950, foi nomeado juiz substituto da comarca sede de Cornélio Procópio onde serviu durante três anos, viajando de trem para atender também as cidades de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Assaí.

Em 1953 foi efetivado como juiz de Primeira Entrância da comarca de São Jerônimo da





Assunção do governo do Estado em 1986. Esquerda para a direita: Josephina Carneiro, Armando, João Elísio Ferraz de Campos, Cristina Ferraz de Campos, Antônio Anibelli, Adahil Sprenger Passos e José Olímpio de Paula Xavier.

Com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, em Brasília.



Serra, removido na sequência para Joaquim Távora, Rolândia, Campo Mourão, Guarapuava e Ponta Grossa. Retornou à cidade natal em 1965, atuando como juiz até 1970, quando foi nomeado para o recém instalado Tribunal de Alçada. Escolhido vice-presidente na gestão 1973/74, assumiu a presidência em decorrência do falecimento do Des. Aurélio Feijó. Tornou-se desembargador em 1974 e elegeu-se vice-presidente em 1979/80 e presidente do Tribunal de Justiça do Paraná no biênio 1985/86.

Assumiu, interinamente, o Governo do Estado durante o mês de setembro de 1986,

substituindo o governador João Elísio Ferraz de Campos, na condição de presidente do Tribunal de Justiça.

Adoentado, não conseguiu terminar o mandato vindo a falecer no dia 28 de dezembro de 1986, aos 67 anos de idade.

Foi homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba que deu o nome de Praça Desembargador Armando Carneiro ao logradouro em frente ao terminal de ônibus do bairro do Portão. A praça foi inaugurada em 1988. Por ato do Tribunal Pleno do TJPR, o fórum da Comarca de Guaratuba e a biblioteca do fórum de Wenceslau Brás levam, igualmente, seu nome.

Na condição de governador interino, presidindo o desfile de 7 de Setembro.



O CRAQUE

Na formatura da primeira turma do curso da Faculdade de Direito de Ponta Grossa, realizou-se uma partida de futebol entre professores e alunos, seguida de grande churrascada.

Como juiz da comarca e professor da faculdade, meu pai foi convidado para a festa e escalado para jogar. Porém, como a sua intimidade com a bola não ia além das arquibancadas, aceitou assistir ao jogo e participar da churrascada.

Um dos formandos era o empresário Wallace Pina, proprietário da Rádio Difusora de Ponta Grossa. A emissora transmitiu o jogo entre alunos e professores, naquela manhã de sábado, no campo do Guarani, o tradicional Estádio Paula Xavier.

O narrador da rádio recebeu as escalações das equipes constando o nome de Armando Carneiro, como meia-direita, ao lado de outros professores. Só que no lugar dele quem jogou foi o bedel da faculdade e ex-jogador profissional do Guarani, o craque da seleção paranaense Oscar Correia.

Com o jogo em andamento o narrador transmitiu as belas jogadas de Oscar como se fossem do Professor Armando Carneiro.

Na segunda-feira, recebendo um advogado em seu gabinete no fórum, meu pai foi surpreendido por desconcertante elogio:

‘Parabéns, doutor Armando. Ouvi o jogo e fiquei impressionado, pois não sabia que além de juiz e professor o senhor também lança bolas em profundidade, dribla, bate escanteio, cobra pênalti, dá bicicleta e marca gol de cabeça...!’.

**Inauguração da Praça
Des. Armando Carneiro.**



Posse como presidente do TJPR, cumprimentado pelo Governador do Paraná José Richa.



PAI AMIGO

Os seus amigos brincavam que ele passou anos conhecido como “o pai do Carneiro Neto”. Depois de sua eleição à presidência do Tribunal de Justiça do Paraná e, por duas vezes, governador interino com ampla cobertura da imprensa, eu assumi o papel de “filho do desembargador Armando Carneiro”.

Ele foi meu grande amigo a vida toda. Amigo dos meus dois irmãos e de todos aqueles que o conheceram. Homem simples, de costumes modestos, abraçou a carreira de juiz de direito como um sacerdote, dedicando décadas de vida à causa da Justiça, sempre no trajeto de casa ao fórum e vice-versa. Mesmo sendo uma pessoa reservada criou vasto círculo de amizades em todo Paraná e, nos últimos tempos, em todo Brasil através de congressos e encontros de magistrados.

Foi professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Ponta Grossa, mas jamais teve a veleidade de considerar-se um jurista. Antes, pelo contrário, gostava de dizer aos colegas que ‘O juiz deve ter bom senso. Não adianta possuir grande cultura jurídica se no momento do julgamento faltar-lhe serenidade e bom senso’.

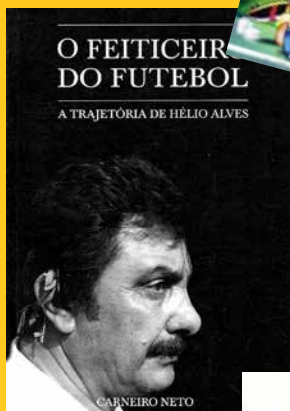
Gostava de colecionar revistas e sempre dedicou-se a leitura dos livros que guardava com carinho. Permitia-se passar os fins de semana na casa da praia e, de vez em quando, sofria um pouquinho pelo Atlético. Era daquele tipo que ouve o jogo pescando os lances, num liga-desliga que denotava nervosismo diante do rádio. Era mesmo um atleticano fanático, pois a família frequentava a Baixada desde os tempos que lá era o campo do Internacional.

O meu pai amigo não trazia no rosto nenhum vestígio de angústia ou espanto. Depois de 67 anos de muita luta e muita vida, singrava as vastas águas da morte sem qualquer esforço, sem medo delas, embarcado na coragem de ser o que assinalara como homem de grande porte, capaz de viver e de morrer em austero silêncio.

Sempre tive orgulho do meu pai. Ele sempre foi o mesmo homem. Caráter definido, dedicado e sério no trabalho, cordial com os amigos e carinhoso com a família. Todos que o conhecemos, somos discípulos de sua conduta reta, honesta, pontilhada de tolerância e de inflexível lealdade.

Adeus pai. Adeus amigo.

Crônica publicada no jornal Gazeta do Povo em 30/12/1986.



Antonio Carlos Carneiro Neto

Nascido em 1948 na cidade de Wenceslau Braz, tornou-se conhecido como jornalista e radialista dos principais jornais, programas esportivos de rádio e televisão de Curitiba, ao longo



das últimas décadas. Carneiro Neto foi narrador de futebol no rádio paranaense durante 40 anos e, há 25 anos, assina coluna no caderno de esportes do jornal Gazeta do Povo. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba atuou como publicitário, foi assessor de imprensa do governo do Estado e está vinculado ao Poder Judiciário desde 1982, inicialmente como assessor do Tribunal de Justiça e, em seguida, aprovado em concurso público como tabelião titular do 2º Ofício de Protesto de Títulos de Ponta Grossa. Casado com a advogada Rejane Mara Deconto Carneiro, é autor de seis livros sobre temas esportivos: Jogo Limpo(1988); Atletiba, a paixão das multidões(1994); Paraná Clube, o vôo certo(1998); Evangelino Neves, o campeoníssimo

(2003); Efabulativos do Futebol(2003) e Hélio Alves, o Feiticeiro(2007).

Admirado por torcedores de todas as idades, culto, viajado e espirituoso, é figura emblemática da imprensa esportiva nacional.

Uma vida que fez história

Conrado Caetano Erichsen

Por Josué Corrêa Fernandes

A história do Poder Judiciário do Paraná não pode ser contada sem que nela desponte o nome de Conrado Caetano Erichsen que, embora nascido em São Vicente, Estado de São Paulo, a 11 de junho de 1848, filho de um dinamarquês e de uma brasileira de Pernambuco, viveu mais de 50 de seus 73 anos na terra das araucárias.

Antes de tudo, é preciso que se conheça a família de Erichsen e o meio em que viveu. Dona Emília Faria de Albuquerque Erichsen, a mãe, considerada a fundadora do primeiro jardim de infância do país (Castro, Pr., 1862), segundo relata a professora e historiadora Luiza Pereira Dorfmund, sua bisneta, nasceu no Engenho da Piedade, próximo a Recife, filha do médico José Manuel Faria e Albuquerque e de Mariana Carolina Faria e Albuquerque, os quais, poucos anos depois do casamento, mudaram-se para Santos, onde os filhos estudaram com renomados mestres, como José Bonifácio de Andrada e Silva, aprendendo diversas línguas (francês, alemão, italiano, inglês). No ano de 1840 é que Emília se casa com o armador dinamarquês Conrado Ericksen, dono do navio “Eólus”. Começa, então, uma série de viagens e estadias na Europa, onde, inclusive, nascem as duas primeiras filhas do casal, Mariana e Nancy. De volta ao Brasil depois de cinco anos, a família fixa residência em São Vicente, litoral paulista, onde nascem os outros componentes do clã: Conrado, Araldo, Balbina e Emília.

Dois anos depois do nascimento de Conrado

Caetano, acontece o naufrágio do navio “Eólus”, fato que somado à precária saúde do chefe da família, faz com que se mude para a Colônia do Assungui (atual Cerro Azul) e, em seguida, para Castro, onde d. Emília passa a exercer o magistério, tornando-se viúva no ano de 1862, quando também inicia suas experiências educacionais com crianças de 4 a 6 anos. Por esse tempo, segundo cronistas, teria sido professora de dois ex-Presidentes do Estado: Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado.

Nesse contexto, portanto, é que Conrado Caetano Erichsen viveu a infância e a juventude, o que, mais tarde, iria repercutir de maneira intensa em sua vida pública, máxime na preocupação sempre presente de difundir o ensino básico e de considerá-lo uma das molas propulsoras do progresso individual e do desenvolvimento do Estado.

A sua formação profissional aconteceu na famosa Academia de Direito de São Paulo, que funcionou no Convento de São Francisco e que, ao lado da escola de Olinda, foi o primeiro curso jurídico do país, ambos criados por D. Pedro I através de lei datada de 11 de agosto de 1827. Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Público Eclesiástico, Direito Civil Pátrio, Direito Pátrio Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Economia Política e Prática do Processo, deram os fundamentos básicos para o homem que, no futuro, ajudaria a moldar a estrutura e o caráter do Judiciário Paranaense.

David Carneiro, ao evocar os mais ilustres no-



mes da terra nos diversos setores da vida pública, assim se refere a Erichsen: “Era magro, louro, alto, perfeito tipo escandinavo. Sério, correto, distinto, bom estudante, inteligente e aplicado. Laborioso, taquigrafava as aulas e disso tirava fundos para os seus estudos”. E Sebastião Paraná de Sá Sottomaior, cronista da alma paranaense, completa: “Austero, respeitável pelo seu coração generoso e pela sua grande nobreza de alma, ninguém o excedia em lealdade, em compostura impecável na sociedade. Amigo sincero, sempre inspirado pela retidão, por uma fidelidade santa; esposo exemplar, pai amantíssimo, verdadeiro modelo de mansidão, de bondade e de virtude, o desembargador Conrado Erichsen se impunha também ao respeito de seus pares pela doçura adorável de seu coração e clarejamento de seu espírito evoluído”.

Oriundo do celeiro de presidentes, ministros, poetas, escritores, políticos e guerreiros da decantada Academia do Largo de São Francisco, Erichsen formou-se em ciências jurídica e social ainda bem novo, com vinte anos de idade, compartilhando da amizade de colegas de turma que, mais à frente, em diversos cantos do Brasil, despontariam com raro brilho: de 1864 a 1868, privou do companheirismo de José Custódio Canto, Antônio Cândido de Almeida e Silva, Antônio Ferreira França, futuros desembargadores do Tribunal de Justiça de S. Paulo; Antônio Cândido da Cunha Leitão, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira e José Francisco Diana, notáveis advogados e políticos; João Pedro Belfort Vieira, ministro do Supremo Tribunal Federal; Venâncio de Oliveira Aires, advogado, político e jornalista no Rio Grande do Sul; Dídimio Agapito da Veiga Júnior, presidente do Tribunal de Contas e autor de obras jurídicas como “Marcas de Fábrica”, “Comentário à Lei Hipotecária”, “Comentário ao Código Comercial”, “Comentário à Consolidação das Leis sobre Sociedades Anônimas”.

Formado, Caetano advogou por uns tempos e, depois, exerceu os cargos de Chefe de Polícia da Província e de Promotor Público em Castro. Mas foi na magistratura que encontrou a sua verdadeira vocação: Juiz de Direito em Ponta Grossa e na Lapa, já casado com dona Etelvina de França Martins Erichsen, utilizou-se das prerrogativas da



Primeira representação gráfica de Ponta Grossa (Jean-Baptist

toga não apenas para fazer Justiça, mas também para por em prática os princípios liberais que sempre acalentou. Nas causas que envolviam questões ligadas à escravatura, não se curvava à posição oficial, mormente durante o Ministério Cotegipe que, passando por cima da independência dos juízes, teimava em influir diretamente em processos, procurando impedir a prolação de sentenças que repudiassem o desumano regime servil. Por isso, inclusive, conforme depoimento que prestou da tribuna do Congresso Estadual, Erichsen teve sérios atritos com as autoridades imperiais, o que não o impediu de restituir a liberdade a muitos escravos.

Paralelamente ao exercício da magistratura, animado talvez pelo belo exemplo de sua mãe, dedicou-se ao projeto de implantação do ensino primário obrigatório no Paraná, o que lhe valeu, em 1884, a concessão da importante comenda da Ordem da Rosa, no grau de Oficial, distinção, aliás, que quatro anos antes, já recusara, porque, a seu ver, nada tinha feito de extraordinário para merecê-la (o motivo alegado, na ocasião, seria a sua participação na organização das homenagens prestadas a D. Pedro II e à Imperatriz Thereza Christina quando da visita de ambos ao Paraná). Essa mesma postura de altivez e dignidade também tomou quando foi nomeado para o cargo de 2º Vice-Presidente da Província na época em que Manoel Pinto de Souza Dantas Filho era o titular: nas razões de resignação a tão importante cargo, Conrado Erichsen deixa claro que não podia aceitar a honrosa indicação porquanto se tratava de



e Debret, 1827).

cargo político cujo exercício era incompatível com as suas atividades judicantes! Marcante exemplo para homens públicos do presente e do passado que, ignorando limites éticos, profissionais e morais, não titubearam em misturar posições, açambarcando cargos públicos e sinecuras completamente destoa- antes entre si...

Em 1891, quando da confecção da primeira Organização Judiciária do Estado, Erichsen, que já exercia há muitos anos as funções de Juiz de Direito, foi, então, promovido ao cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça (antiga denominação do atual Tribunal de Justiça), dali saindo em 1894 quando Vicente Machado, numa atitude autoritária e sem precedentes, dissolveu esse órgão, aposentando compulsoriamente alguns de seus integrantes e excluindo outros, sem mais nem menos. Medida tomada no ardor de influxos revolucionários, esse decreto foi, depois, anulado e alguns dos desembargadores voltaram à ativa, dentre eles Conrado, que reassumiu o cargo em 01.03.1912, quando chegou a ocupar as funções de Procurador Geral da Justiça. Aposentou-se voluntariamente no mês de março de 1914.

Encerrada a sua missão no âmbito do Poder Judiciário, o denodado juiz não ensarilhou as armas: continuou a escrever obras jurídicas que foram publicadas na prestigiosa Revista dos Tribunais, analisando importantes aspectos do Código Civil que, na época, entrava em vigor. Advogado dos mais conceituados, sua atuação profissional era requisitada em todos os quadrantes do Estado

até à data de seu falecimento em 29 de abril de 1921, aos setenta e três anos de idade, quando o jornal Diário da Tarde assim registrou: “A *Justiça Paranaense* tão considerada pela retidão de seus juízes, *Justiça que faz orgulho à nossa terra, deve a sua majestade, o seu brilho, a grande consideração em que é tida no ensino dos mestres, a esses venerandos apóstolos que, em nosso meio, têm se mostrado verdadeiros sacerdotes do Direito. E a Justiça os vem perdendo no meio de grande sentimento. Entretanto, as luzes espalhadas por esses mestres, como Silveira da Motta, Oliveira Portes, Barros Júnior, Olavo de Mattos, Conrado Caetano Erichsen e outros, deixaram felizmente discípulos que têm sabido manter as tradições gloriosas de honestidade e brio da Justiça Paranaense*”.

Um hiato, porém, existiu na vida do Des. Erichsen e de seu irmão Araldo Manoel Erichsen (também magistrado), quando ambos, colocados em lados opostos à situação política reinante no Paraná, experimentaram os caminhos da política partidária, elegendo-se deputados estaduais no biênio 1897/1898, quando integraram, daí, a pequena, mas aguerrida bancada de oposição composta por pessoas como Affonso Alves de Camargo, Generoso Marques dos Santos, Telêmaco Morocines Borba, Ermelino Agostinho de Leão.

Sem pendor para a política e para conciliábulos de qualquer espécie, Conrado Erichsen talvez fosse levado a essa arena justamente para temperar os debates através de seu saber jurídico e de sua serenidade, não obstante ainda ecoassem os atos de perseguição e de tirania levados a cabo pela facção dominante, chefiada com mão de ferro por Vicente Machado e seus sectários.

É, então, no plenário do Congresso Legislativo do Paraná, que marcam encontro vítimas e algozes, perseguidores e perseguidos, maragatos e pica-paus, ainda não cicatrizadas as chagas abertas pela guerra civil de 1893/1894: Vicente Machado, Francisco Xavier da Silva, Manoel de Alencar Guimarães, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Benjamin Pessoa, são alguns dos componentes da numerosa ala situacionista que defende com unhas e dentes o governo do dr. José Pereira Santos Andrade e, em paralelo, as medidas tomadas durante o período revolucionário.

Sem baixar a cerviz, Erichsen levanta-se pela vez primeira na Assembléia Legislativa para tratar de um tema que lhe é extremamente caro e que a maioria procurava minimizar: a instrução pública obrigatória. Na sessão de 08.10.1897, depois de acesa polêmica entre Vicente Machado e Generoso Marques, o retilíneo magistrado pede a palavra e fala bom tempo sem ser interrompido:

“... Sempre estive convencido, Senhor Presidente, de que qualquer que seja o regime político em que entre o elemento representativo, isto é, qualquer que seja o regime em que o povo tem o direito de intervir na causa pública por meio dos seus escolhidos, a condição indispensável, o elemento vital desse regime, é que cheguem todos os cidadãos a possuir um certo grau de instrução... Sem isso não veremos jamais realizados os grandes ideais republicanos e os desejos patrióticos de Benjamin Constant, que foi, suponho, um dos mestres do nobre deputado (alude ao general Carlos Cavalcanti) e cuja efígie solene e imponente assoma por cima da cadeira de V. Exa., Senho. Presidente, isto é, exatamente no lugar que corresponde àquele em que se achava, no Congresso Constituinte da União Norte Americana, o célebre quadro histórico, para o qual apontou George Washington quando, em um debate solene, sentira-se desalentado diante dos seus companheiros que, impelidos pelas paixões egoísticas e dissensões partidárias, faziam periclitar a grande obra de fundação da União Americana. Ergamo-nos, pois, acima das preocupações partidárias, porque só assim nós ou nossos filhos poderemos ver alguma dia a verdadeira República!”

Em 18.07.1898, Erichsen levanta-se, com ardor conhecimento de causa, contra um projeto do governo que agride os princípios da independência e da inamovibilidade dos magistrados, os quais, a prevalecer a vontade do Executivo, poderiam ser removidos das comarcas por representação efetuada pela maioria dos membros da respectiva Câmara Municipal mais a assinatura de 50 jurados! Em acirrado debate com o líder da maioria general Carlos Cavalcanti, foi fundo na análise:

“Viemos a esta casa discutir um projeto que, a meu ver, tem uma significação dolorosíssima para os membros da bancada que, de boa fé, e impulsionados pela boa vontade de bem servir à causa

pública paranaense, comparecem a esta casa para assistir ao confisco dos mais sagrados direitos dos cidadãos... É pois, com verdadeira consternação que eu vejo que temos retrogradado, que ao invés de procurarmos rodear os magistrados de todas as garantias; ao invés de darmos força à magistratura fraquíssima do nosso Estado, ao contrário, levanta-se, como disse, a espada de Dâmocles sobre as cabeças dos juízes e diz-se-lhes: daqui em diante tereis de ser magistrados políticos, tereis necessidade de adivinhar o pensamento do Governo e de trabalhar em tudo de acordo com o Poder Executivo. Do contrário, ai de vós! Já dizia o velho d’Aguesseau, Senho. Presidente, que o magistrado para ser homem de bem precisava ser um herói. E efetivamente assim é. É preciso, pois, que nós, representantes do Estado do Paraná, rodeemos o magistrado de garantias tais que esse heroísmo que se lhe exige não precise chegar a tornar-se excessivo. Eu também fui magistrado, Senhor Presidente e, homem educado em certa ordem de princípios, tudo sacrifiquei para bem cumprir o meu dever. Isso, porém, eu o sei por experiência própria, custou muito; porque muitas vezes o magistrado vê-se colocado em condições difíceis, tendo de escolher entre o cumprimento do seu dever e aquilo que lhe é exigido pelos mandões ou pelos maus governantes”.

Sem receio de Vicente Machado e seus seguidores que se aboletavam no plenário, diz ainda:

“Sou republicano e amo a República, mas a República emoldurada no luminoso triângulo de que falou o venerando chefe da maçonaria brasileira: a República da liberdade, da igualdade e da fraternidade... A República da liberdade, na qual todos os direitos do povo brasileiro tenham as mais eficazes e práticas garantias, porque sem garantias, para o direito não há liberdade, a qual não é mais do que o exercício da atividade individual dentro da órbita da lei... A República da igualdade, isto é, aquela em que as garantias a todos os direitos sejam distribuídas sem distinção, a todos os cidadãos; não a república em que elas sejam monopolizadas por uns e negadas para outros como, infelizmente, estou convencido, posto respeite muito as intenções do ilustre líder da maioria, tem em vista o

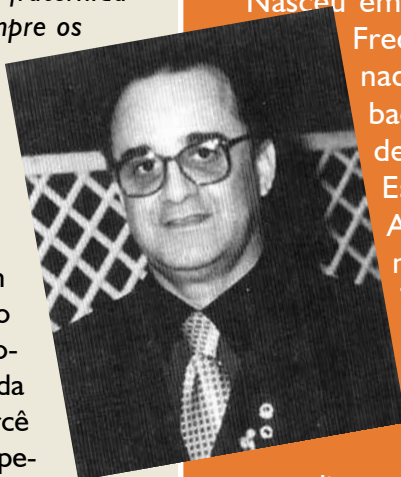
projeto em discussão. *A República da fraternidade em que sejam proscritos para sempre os horrorosos processos de eliminação do quilômetros 65 (episódio do fuzilamento do Barão do Serro Azul e de seus companheiros na Serra do Mar) e os de 5 de novembro na Capital Federal*”.

Depois de demonstrar coragem e altivez no parlamento, debatendo frente a frente com aqueles que, ditatorialmente, o expurgaram dos quadros da magistratura, Conrado Erichsen, mercê de decisões judiciais e de mudanças operadas pelo próprio Legislativo (depois do término de seu mandato), retornou ao Pretório Paranaense, ali continuando a dar lições de integridade e de descortino.

Sua prole não saiu diferente.

Conrado Erichsen Filho, nascido em Castro no ano de 1874, estudou engenharia na Escola Politécnica de S. Paulo e, de retorno ao Paraná, em 1900, ocupou as funções de diretor de Obras Municipais em Curitiba, ganhando, em 1905, a concorrência pública para a concessão do serviço de luz e força elétrica em Ponta Grossa, para onde transferiu sua residência e fundou, convidado por um grupo de investidores, uma fábrica de tecidos de algodão, idealizando, na época, a construção e instalação da primeira hidroelétrica do Paraná. Trabalhou em Paranaguá e em Curitiba nos serviços de saneamento e, no Rio de Janeiro, colaborou no projeto do ‘caminho aéreo’ até o Pão de Açúcar. Fundador da UFPR ocupou a cátedra de Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia. Irrequieto e empreendedor foi secretário de Agricultura do Mato Grosso, administrador do Distrito do Norte, entre os Rios Madeira e Guaporé, pesquisador de jazidas carboníferas no Rio de Janeiro, onde fixou residência.

- Ao fim e ao cabo, vale ressaltar que Conrado Caetano Erichsen foi um dos grandes magistrados que o Paraná teve, quer pelos seus conhecimentos jurídicos, quer pela sua coragem e independência num tempo difícil em que os régulos enxergavam o Judiciário como um órgão auxiliar, inferior e o juiz como um simples mandalete de seus interesses.

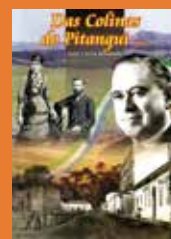


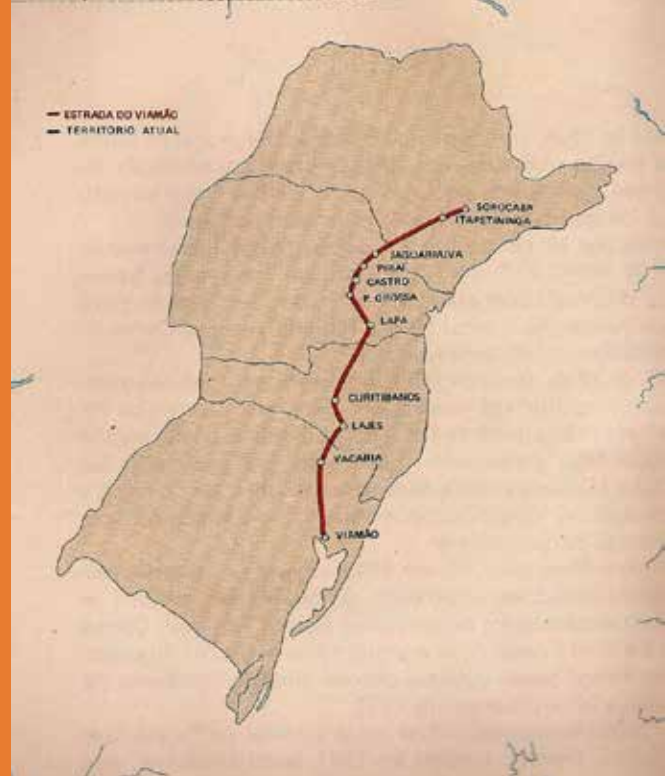
Josué Corrêa Fernandes

Nasceu em Prudentópolis em 1947.

Frequentou os cursos iniciais naquela cidade e formou-se bacharel em Direito, Turma de 1968, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Após a formatura, trabalhou na Escrivania do Cível e Tabelionato de Notas de Prudentópolis. No período de 1969 a 1976, como vereador integrou a Câmara Municipal de Prudentópolis e, em 1973, foi eleito prefeito municipal naquela cidade, e escolhido para presidir a Associação dos Municípios do Centro-Oeste do Paraná. Ingressou na magistratura em 1980, julgando nas comarcas de Castro, Piraí do Sul, Curiúva, Ibaiti, Faxinal, Chopinzinho, Pato Branco, Maringá e Ponta Grossa, aonde se aposentou. No magistério, lecionou Educação Física, História Geral, Educação Moral e Cívica no Colégio Imaculada Virgem Maria, Direito Usual no Colégio Comercial Estadual, Português na Escola Normal Coronel José Durski e Educação Moral e Cívica no Ginásio Estadual Alberto de Carvalho, na cidade de Prudentópolis. Na Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco foi professor de Direito Comercial, Direito Administrativo e Instituições de Direito Público e Privado, durante os anos de 1986 a 1990. Foi diretor da Escola da Magistratura, núcleo de Ponta Grossa.

Obras publicadas: *Saga da Esperança – Trajetória do dr. Jean-Maurice Favre*; *Pequena Biografia de Manoel Ribas*; *Das Colinas do Pitangui – História dos Campos Gerais - (2003) - Editora Gráfica Planeta*; *Corina Portugal – História de Sangue e Luz*; *Saga da Esperança – Socialismo Utópico à Beira do Rio Ivaí*. No prelo: *Efemérides Pontagrossenses e Perfis Paranaenses na Revolução Federalista*.





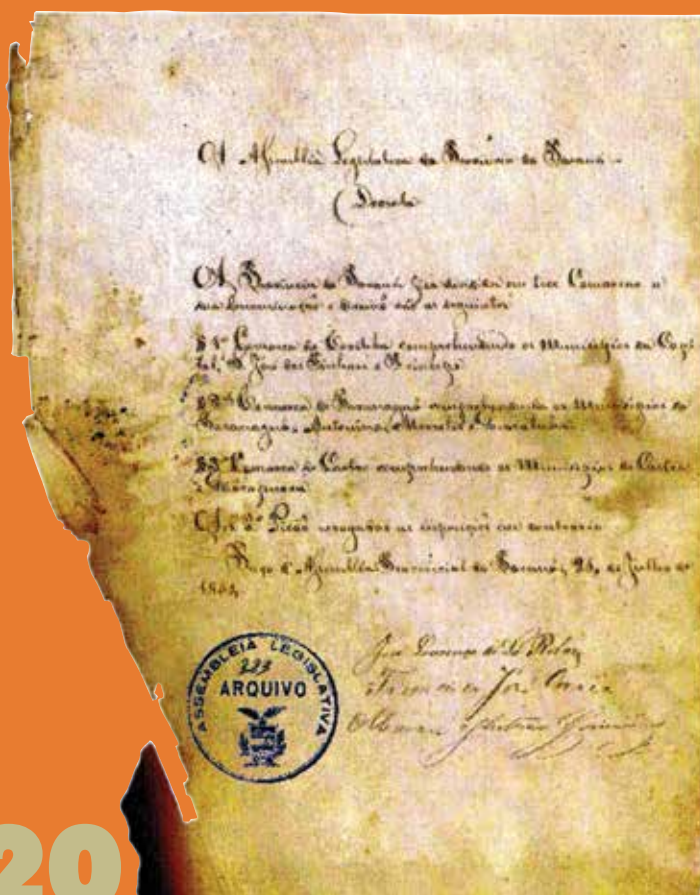
MUSEU DO TROPEIRO

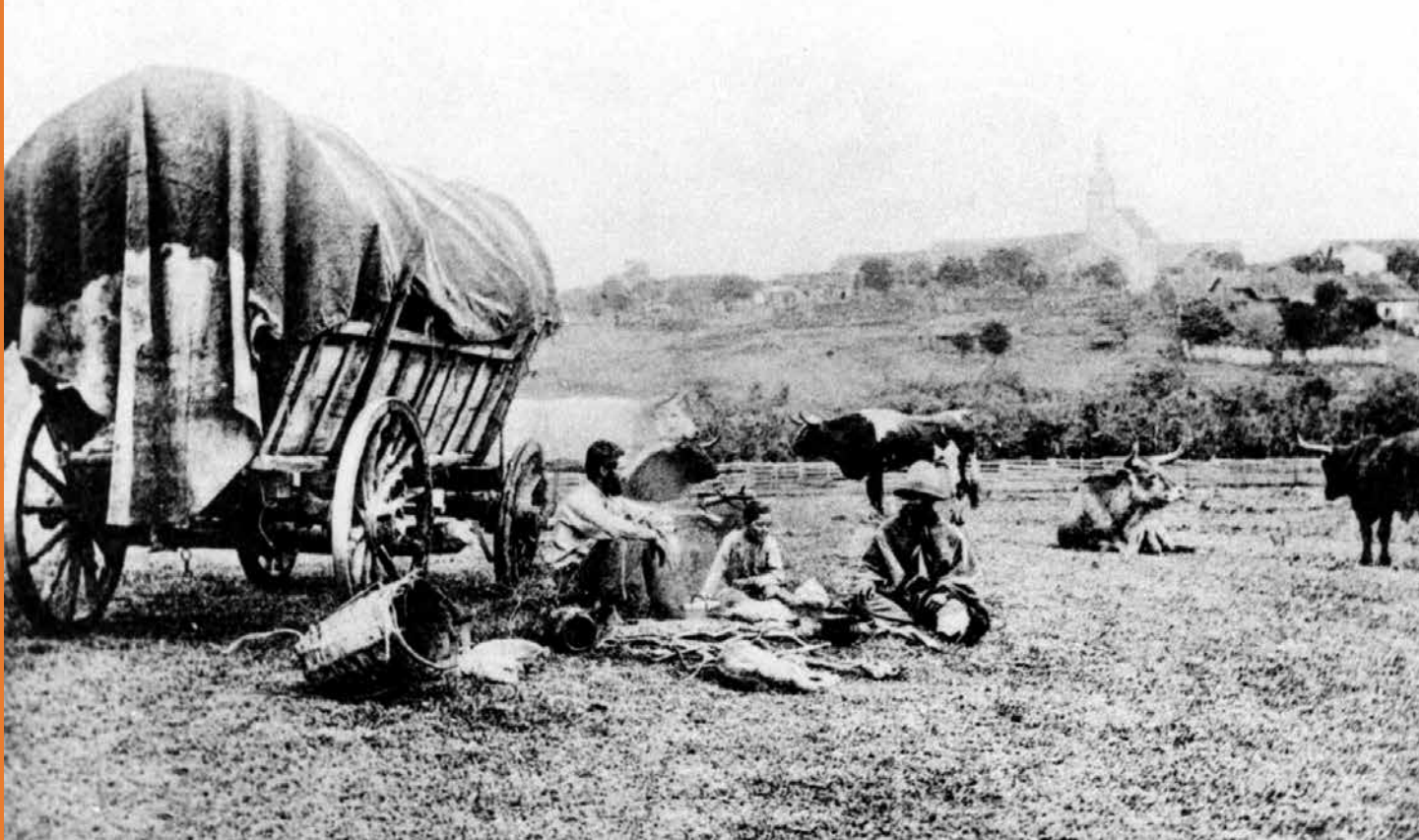
O tropeiro exerceu a mais importante atividade mercantil do século XVIII. A economia nacional, até então extrativista de minérios, passou a ser de transporte. As tropas de muares, cavalos e éguas vindas do Sul seguiam para a grande feira anual de Sorocaba, aonde eram comercializadas variadas mercadorias, montarias, charque, couro, gêneros agrícolas e até produtos

finos, importados da Europa. Sabe-se que em 1731, uma tropa com mais de duas mil cabeças de gado, tangida por cem tropeiros, cruzou o território curitibano, rumo a São Paulo. O percurso, feito por caminhos indígenas, transformou-se por mais de um século em via de trânsito regular e contínuo, e por ele, no século XX, alinharam-se ferrovia e estradas vicinais.

As tropas partiam de Viamão em direção a Vacaria, Lages e Curitiba, atingindo em três meses Registro, às margens do Rio Iguaçu, onde estava instalado o local de cobrança do imposto sobre 'gado e cavalgadas'. Seguiam até a Lapa, Ponta Grossa, Castro, Piraí e Jaguariaíva. Na região, a tropa acampava, passava o inverno, esperando ocasião favorável para a travessia do lapó, só possível nos vaus. Daí chamar-se invernada a tais locais. Depois, partia por uma região montanhosa e de difícil acesso, rumava a Itapetininga, chegando ao seu destino em setembro.

Em 1774, no 'vaú de baixo' formou-se o Pouso do lapó. Em 1780, ante a presença de um pároco, passou a ser Freguesia de Santana do lapó e, em 1789, com a demarcação da sede da Câmara dos Vereadores, foi elevada a Vila Nova de Castro.

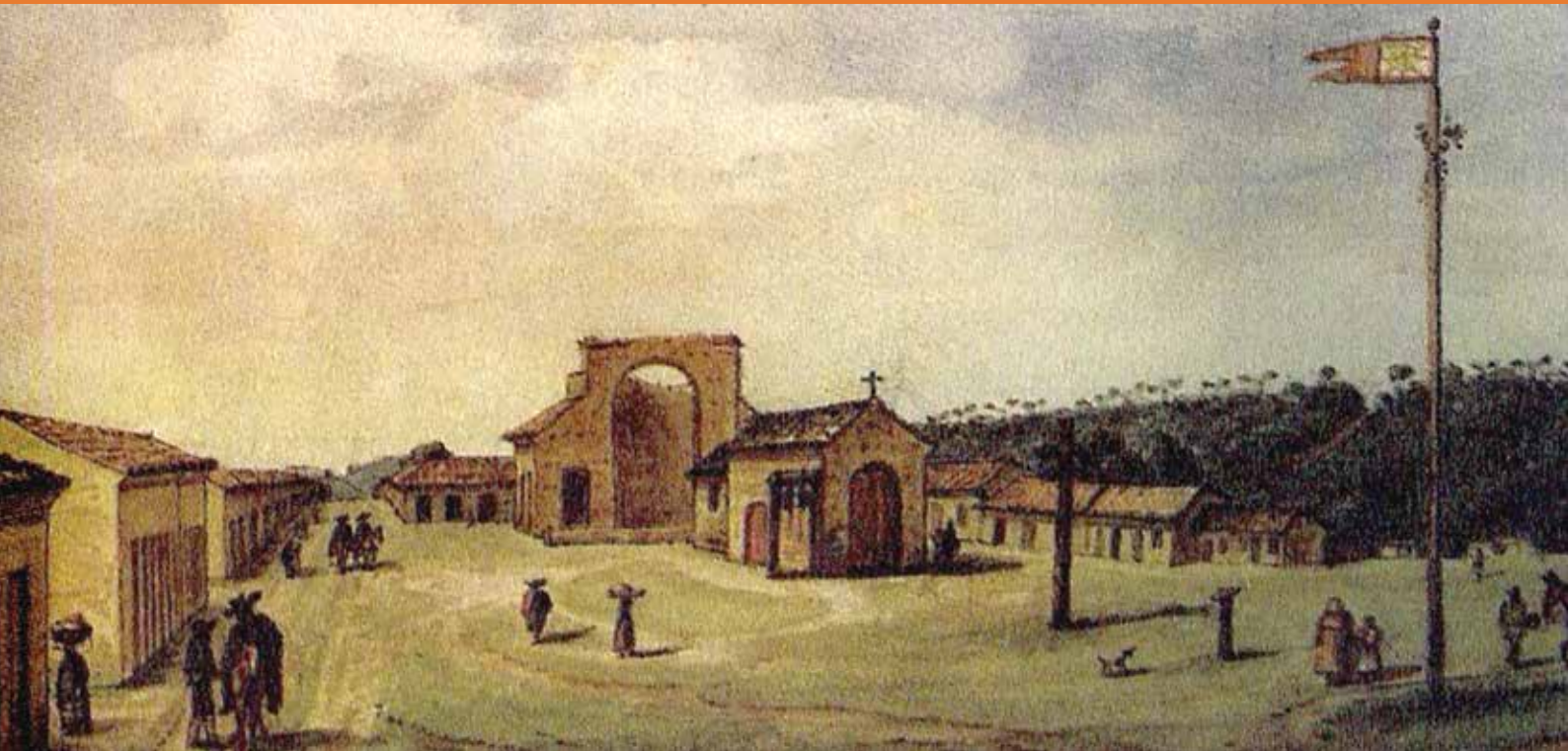




Tropeiros descansando em Castro - 1906.

CASTRO. Aquarela de Debret - 1827

Em 1854 Castro foi criada comarca da província do Paraná, junto com Curitiba e Paranaguá. Dezesete eleitores, na Assembleia Provincial, pretendiam-na Capital, alegando razões estratégicas, extensão da área e rota do Caminho das Tropas. Castro foi capital interina de 18 de janeiro a 29 de abril de 1894, no governo de Vicente Machado, período da ocupação de Curitiba pelos revolucionários federalistas.





Castro. Vista da Rua Doutor José Xavier.

NO TEMPO DAS DILIGÊNCIAS

Em 1906, o juiz de direito Estanislau Cardoso, transferido de Castro para São José dos Pinhais, levou seis dias para chegar ao seu destino viajando com a família em diligência e transportando sua mudança em carro de boi.





IGREJA MATRIZ SENHORA SANT'ANA

Estilo românico, paredes grossas, teto abobadado, arcos redondos e colunata interior. Concluída em 1876 com apenas uma torre. Em 1961 foi inaugurada a outra torre. Abriga esculturas de madeira de autoria de Frei Mathias de Gênova e lustres de cristal doados por D. Pedro II.



LAGEADO MARIA LEME

Próximo ao Salto Cotia em área particular. O lapó, aproximadamente 180 km de extensão, é um rio sinuoso, de águas rápidas e lajeadas, formando o Cânion Quartelá. Era local de sacrifícios indígenas e significa, em tupi-guarani, 'rio que alaga'.

Anos inocentes

*Quando o
entusiasmo
custava menos e
rendia mais*

Por Hermes Ribeiro da Fonseca

SUBSTITUTO, ainda no meu primeiríssimo mês de atividades, fui designado para presidir uma sessão de júri em comarca diversa da minha. Vibrei, frente à expectativa de estréia. Bem cedinho, pé na estrada. Márcia, minha mulher, acompanhou-me. Em lá chegando, almoçamos e dirigimo-nos ao Fórum sendo recebidos por solícitos serventuários, sorridentes jurados e juradas. Todos enfatiotados, com seus melhores trajes – e, no cocuruto, brilhantina à beça. Forte *vaporisateur eau de toilette* recendia, como que a celebrar a quebra de rotina estando o ambiente apinhado de curiosos. Apresentações e boas-vindas aconteceram. No capricho. Beleza! Mas... e o promotor? *Habemus promotor?*

Faltava-me um roteiro e assim contava com uma ajudazinha da parte dele.

Mais um tempinho e chegou o jovem *parquet*. Tipo altivo, promissor. Estreante, decerto. Num piscar de olhos, novo sumiço. Demorou um bocado, desta vez. Reapareceu anunciando impossibilidade de se instalar a sessão porque algo o incomodava. Tinha seu motivo, improvisado mas respeitado, tanto que justo, e... providencial. Foi um alívio, também

para mim, dado que juntos pagávamos o preço do noviciado. Admito que nos sentíamos até mais apreensivos que o próprio réu. Sobrevieram explicações (dele), dispensas e adiamento (deferido, claro) com pedido de desculpas aos coadjuvantes, além de outros circunlóquios. Retiraram-se todos. Com eles, as nossas tensões. Missão encerrada, sem mais firulas. U f a !

A designação era tão-só para aquele caso, restando assim evidente que havia impedimento para atuação em demais processos de qualquer natureza. Então, sem outros quefazeres, tarde livre. Já se podia sair para conhecer a cidade ou mesmo retornar imediatamente. O plano, aliás, era bem esse: rápido passeio e retorno. Mas não foi o que sucedeu.

O 'tentenzinho' e o 'dênte de óro'!

Antes de sairmos, demos uma passadinha no gabinete para dois telefonemas e breves providências. Lá me esperava uma senhora, origem eslava, 33 anos na certidão de batismo e uns 62 nos olhos. Havia entrado sem se fazer anunciar. Tão repentina invasão causou-me certa estranheza, relevada à conta de sua rusticidade e de seu aspecto aflitivo – embora confiante numa intervenção balsâmica da Justiça. Alta, bem alta, macérrima, dona Anastácia tinha um pano enrolado na cabeça e aparência de quem nada conhecia além de sua roça, como se para ela o mundo acabasse no horizonte. Seu vestido era surrado, chegava à meia canela. Usava chinelos de dedos e falava com sotaque polonês de colônia. Acompanhava-a uma pré-adolescente, a Angelina, sua filha. Para



GARANTIAS INDIVIDUAIS

“Ao deus-dará?”

*Condenando-se o culpado,
seus iguais têm tremedeira;
se o inocente é condenado
treme a sociedade inteira.*

*Exceção - é bem verdade,
mas... frequente, nua e crua:
inocente atrás da grade,
delinquente em plena rua!*

*Será culpa do sistema
ou, quiçá, dos mecanismos?
Neste palpitante tema
há congêrie de ilogismos.*

*Não há cidadão seguro
quando um justo é mal julgado:
cada qual teme um futuro
como o dele, atormentado!!!*

Hermes Ribeiro da Fonseca

abrandar as contramarchas que deram causa à frustração do júri, todo o tempo do mundo – que restou disponível – ficou dedicado a ela. Atendê-la tornou-se puro enlevo, tal o efeito refrescante. Relaxamento total.

Começou a falar. A bronca era contra seu marido, o Estanislau (tipo ‘sabichão’ de aldeia. Comunicativo, tinha o seu lado gaiato. Apesar de tosco, mostrava-se inofensivo e até ameno; refém, por igual, de uma ingenuidade que só ele não percebia). Segundo a queixosa, não lhe dava suficiente assistência material e recentemente vivia de caso com uma fulana. Encolhido próximo à porta – lado de fora do gabinete –, cuidava ele de ouvir a lengalenga. Com a chegada do oficial de justiça, chamado para que fosse intimá-lo a comparecer, não esperou coisa alguma: entrou, por conta própria – e de supetão – no gabinete. Baita polacão. Assustado, porém resoluto. Botas até os joelhos, chapéu de abas largas, lenço no pescoço. Parecia sentir-se galã, um tanto receoso, sem perder o bom humor. Figuraço. Muito falante. Antes de ser questionado, foi logo dizendo:

“Num precisa mi chamá, seu dotô. Eu tô aqui de livre vontade, porque num sô de encrenca. Num sei o qui é qui fais essa muié querê me complicá, pois é bem tratada. **‘Meu coração tá nessa veínha aí’. É como eu sempre digo, o meu coração ta nessa veínha !”**

Seu jeitão, franco e descontraído, rendeu-lhe certa tolerância por parte de um principiante ainda alheio ao intenso malgastar de cada minuto consumido sem mãos na massa (tal o invencível acúmulo de processos e serviços a vencer, sozinho e sob pressão, como futuro titular noutras tantas comarcas). Dado que ficara livre, sem motivo para preocupação durante o resto de tarde, foi interessante ouvir os ruidosos visitantes na busca de demovê-los da quizília.

Quando indagado sobre existência de amante, Estanislau não titubeou:

“É certo, dotô, qui eu tenho um **‘t e n t e n z i - n h o’** por fora. Isso não nego. Mais já faiz

mais de 20 ano e esta muié sempre ficô sabendo. Nunca se importô. Inclusive tenho cum a otra um minino qui até já serviu o exército. Tanto o piá como a mãe me ajudam na roça, trabaio duro, pra ganhá dinheiro que sustenta essa veínha!. **Meu coração tá nessa veínha aí!** Nunca fartô prá ela as minha atenção!”

E dona Anastácia:

“...acuntece, seu dotô, que ele tem otra, sim, tem **mais uma**”!

O marido:

“Nada disso... é mintira... Num tenho mais uma”.

Ela:

“Tem, sim, ele é um sem-vergonha tendo mais essa otra; eu aprovo, eu aprovo (sic), seu dotô. Eu aprovo !...” (Naturalmente tencionava dizer que ‘provaria’, não que estivesse ‘aprovando’ aquela situação – é óbvio!)

Ele, de novo:

“... mintira, dotô”.

Enfurecendo-se, disposta a provar quanto mais cedo pudesse, assim retrucou a ‘veínha do coração’:

“É verdade, ele tem e tem **mais uma**, tem sim...”

Para esclarecer, soltou ele – incisivo – esta pérola:

“Não, seu dotô... na verdade eu não tenho mais uma... tenho **mais duas!**”

“Peraí, Estanislau: Eu sei de **uma!**” – disse ela.

Revelação mantida:


“Então, se não sabia, fique sabendo agora: tenho **mais duas. Duas! Ouvia? Duas!!!**”

E mandou uma lufada de ar fresco:

“Mais... dotô, como eu disse, **o meu coração ta nessa veínha aí!** Ela tá com essa ropa feia e surrada prá impressioná a otoridade, mais tem vistidinho novo e lindo que é prá usá nas missa domingo. E as otra muié qui nós falemo me ajudam a ponhá tudo nas mão dela, tudo prá ela! Só vendo, seu doto, ieu falo sério. Acridite! ieu nunca fico devarde, tô sempre trabaio duro pra não fartá nada pra ela”.

Àquelas alturas, os queixumes já não eram

Hermes Ribeiro da Fonseca

Pontagrossense de nascimento, bacharel pela Faculdade Estadual de Ponta Grossa, Turma 1965. Sócio-proprietário das Indústrias Fonseca & Cia. Ltda. e colaborador do jornal Diário dos Campos, ambos naquela cidade. Em 1969, ingressou na magistratura paranaense como juiz substituto e, em 1970, após concurso público, judicou nas comarcas de Prudentópolis, Lapa, Maringá e Curitiba, aonde chegou em 1982. Aposentou-se em 1990. Juiz competente e respeitado, poeta e declamador repentista, cantor e músico criativo, praticante de esportes, principalmente o futebol, que jogava com amigos magistrados e familiares nas comarcas do Interior e na Capital. 



mais que ‘fogo de palha’. D^a. Anastácia estava aliviada. Entre a dúvida cruel e a revelação de uma nova peripécia, efetiva mas sem retorno, preferiu a certeza amarga até porque, como se diz, “o que não tem remédio, remediado está”. Por isso resolveu passar uma borracha só pensando em voltar para casa com o maridão, numa boa. Foram deixados a sós, por instantes, a fim de que se entendessem. Deu certo. Pu- seram os pingos nos is e voltaram ao gabinete trazendo, muito animados, a notícia que faltava para fechar o último capítulo. Falaram – mais ou menos juntos:

“Dotô, nós vamo vortá prá casa e tá tudo certo”.

Acrescentou ela:

“Mais... tratá porco e galinhada, arrumá cerca, num é cumigo”.

Ele:

“Não se incomode, deixe que nós damo jeito.”

Tudo então serenado, despediram-se. Mas... Estanislau ainda quis alongar seu licencioso estilo: havia uma novidade a comentar: era sobre o dente. Ou ‘dênte’. O decantado ‘dênte de óro’ (que inspirou Nelson Rodrigues na composição de sua famosa ‘A Boca de Ouro’, sabendo-se, pelos antigos, que era muito popular – verdadeiro sonho de alguns poupadores por força da distinção propiciada, espécie *status junto à comunidade brega!*). Estava prometido para a doce criaturinha, a Angelina – xodó do pai. Aquela *mise-èn-scène* simplória, louvaminheira, foi inesquecível – tal a franqueza aliada a gestos engraçados. Mais interessante tornou-se a sonsice que cintilava na refinada cara de pau daquele galante pai-maravilha: pois não é que o figura quis se mostrar bem mais que um bom marido! Pôs-se a sublimar, também, um perfil de pai extremoso! Abraçou por trás a menina, cuja altura alcançava seu gogó; enfiou a mão esquerda sobre seus dentes inferiores, forçando o queixo para baixo; com a outra levantou a parte superior da boca, a fim de abri-la (posição que lembra a maneira usada para investigar a idade de cavalos, através dos dentes). Manteve-a sem movimento algum, de boca sempre arreganhada, carinha muito empolgada e orgulhosa ante o que esperava ouvir. Enfim, ouviu:

“Tá vendo essa polaquinha aqui, dotô? O sinhô veja os dente dela. Argum dia vai vê de novo, só que cum ‘dênte de óro’ no meio. Tudos meus filho têm dênte de óro, só esta polaquinha num teim. **Mais o pai já prometeu: o dênte de óro mais grande de São Mateus do Sul vai ser desta polaquinha aqui. Isso é certo, dotô! O que eu digo num teim vorta.**”

Afora o proveitoso efeito conciliatório, nada de novo rendeu, aquela tarde, debaixo do sol. Daí porque, de resto, ‘só muito barulho por nada’. “*Much ado about nothing*” (expressão cunhada por Shakespeare. Intitula uma de suas peças).

Marçal Justen

A história do magistrado

Por Marçal Justen Filho

Meu pai não era daqueles que podem ser “mortos com a unha”. Não poder matar com a unha era uma das expressões que gostava de usar, para indicar as pessoas corajosas, capazes de resistir aos embates da vida. Porque ele sabia que viver é não apenas saborear vitórias. Nem somente enfrentar desafios e combates. A vida não apenas nos traz vitórias, mas também derrotas, muitas. Para Marçal Justen, não é que a vida fosse feita de vitórias e de derrotas.

Viver não era apenas colecionar vitórias e derrotas. O tom da vida era dado pela capacidade de reerguer-se das derrotas inevitáveis. A vitória era uma circunstância feliz, a ser plenamente aproveitada. Mas nenhuma vitória exige a virtude de caráter que a derrota demanda. A capacidade de enfrentar a infelicidade e de reerguer-se, de ir avante, de construir a felicidade... isso era, para ele, a grande virtude. Porém, somente quem não pode “ser morto com a unha” é que tem condições de enfrentar tamanhas dificuldades.


Essa sua personalidade foi forjada, certamente, por dois fatores.

Por um lado, a origem humilde. Filho de um ferroviário aposentado e empobrecido (numa época em que não se conhecia a atualização monetária dos proventos de aposentadoria), meu pai teve de trabalhar desde cedo. Foi carteiro e aceitou outros empregos para manter-se durante a faculdade. Foi o único dentre os irmãos a graduar-se em curso superior. Isso não era propriamente um motivo de orgulho



Marçal Justen

*1917+1978

Patrono do fórum de Laranjeiras do Sul, primeiro juiz de direito da comarca, após a reintegração do Território do Iguaçu. Nome de rua, de praça e de escola municipal em sua cidade natal, Curitiba, e dos jardins do fórum de São José dos Pinhais. Esportista, na juventude jogou futebol no Clube Atlético Paranaense, do qual era torcedor. Formado pela UFPR, em 1942, advogou e foi promotor substituto até 1944, ano em que ingressou na magistratura. No magistério, lecionou Direito Penal na Faculdade de Direito de Ponta Grossa, no ano de sua instalação. Participou da fundação da Amapar e de diversas diretorias. Judicou como juiz substituto nas comarcas de Carlópolis, Ribeirão Claro, Jaguariaíva, Bandeirantes, Joaquim Távora, Cambará, Jacarezinho, Reserva, Antonina, Colombo, Sengés, Curitiba e Ponta Grossa e como juiz de direito em Laranjeiras do Sul, Pirai do Sul, Guarapuava, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Curitiba. Nomeado desembargador do TJPR no ano de 1967, ocupou esse cargo até seu falecimento, aos 60 anos de idade. 



peçoal para ele. Acho que via essa conquista como uma circunstância. Nunca se afirmou como superior aos irmãos, a quem prezava e amava profundamente.

Por outro, trazia uma profunda fé em Deus. Filho de um espírita fervoroso, meu pai sempre manteve uma inexaurível confiança na capacidade humana para o Bem. A sua fé o afastava das religiões, todas as quais aceitava como manifestações equivalentes da busca do ser humano por Deus. Qualquer fé merecia o seu respeito. Tantas e tantas vezes ele ouvia pregações religiosas, por rádio ou televisão. E dizia: “sempre alguma lição se extrai de qualquer discurso religioso”.

Meu pai não desistia facilmente, nem se atemorizava nos momentos difíceis. Nas piores situações, mantinha a confiança. Ele era uma pessoa inspiradora. Tinha a capacidade de despertar o melhor nas pessoas, de incentivá-las a crescer, a continuar, a ir em frente. Justamente porque a derrota ou os momentos ruins, para ele, eram efêmeros. Desistir não era uma opção, nunca lhe foi uma alternativa. Para ele, como uma característica própria essencial, nenhum evento podia ser visto como terminal, como definitivo, como irreversível.





Sempre havia o dia seguinte e o dia seguinte traria a oportunidade para o reinício, o recomeço, o aperfeiçoamento. Acho que, se tivesse de escolher uma divisa para a sua vida, ele teria escolhido “Não desanimar nunca”. E sempre haveria a oportunidade para corrigir os próprios defeitos, para reconciliar-se com o Bem.

Por isso, meu pai era o amigo para as horas piores. Era o conselheiro procurado por aqueles em dificuldade. Os amigos vinham a ele para encontrar uma solução, obter um alento. E sempre saíam renovados.

Meu pai dizia “um pouco inteligente esforçado derrota um muito inteligente preguiçoso”. A si próprio ele se classificava como uma pessoa meramente esforçada. Sabia que a dedicação era o requisito indispensável para a conquista de qualquer meta. Por isso, o trabalho era a sua rotina permanente. Uma vida de indolência era algo destituído de sentido para ele.

Mas, acima disso tudo, meu pai diferenciava a inteligência racional e a sensibilidade. Ele prezava intensamente aquilo que hoje se denomina de “inteligência emocional”. Essa capacidade de identificar as virtudes e as belezas, de compreender as limitações da existência, de avaliar a potencialidade das pessoas. Nunca aspirou à genialidade, mas sempre buscou a sabedoria. Reprovava aquela insensibilidade emocional que torna as pessoas incapazes de conviver com o próximo. E sempre combateu a omissão. Ser sábio, para ele, não era ser passivo, emudecer diante da realidade. A sabedoria era uma virtude ativa.

Meu pai nunca se assumiu como um jurista. Ele era e queria ser um bom juiz. Fazia questão de afirmar-se como um conhecedor limitado do direito. Mas afirmava que o dever fundamental de um juiz é conhecer o Bem e o Mal, compreender as limitações humanas, avaliar as intenções. Como juiz, cabia-lhe ser, acima de tudo, justo. Talvez o que ele pretendesse dizer era que o mero conhecimento técnico não transforma o jurista num bom juiz.





Acho que nunca teve tempo, nem vontade, para adquirir um patrimônio. Ao morrer, deixou uma casa hipotecada, dois automóveis e 50% de um terreno em Guaratuba. Para ele, os bens materiais não tinham importância, senão para garantir uma vida decente. Não precisava de uma casa na praia, nem viajar para o exterior – ainda que nunca tivesse reprovado quem pensasse de modo diverso. Nunca o vi manifestar nenhum tipo de inveja pela riqueza alheia. Ele era de um certo jeito, mas não pensava que essa era única alternativa, o modo “certo” de ser. Era certo para ele. Os outros talvez fossem diferentes e ele os aceitava desse modo.

Mas meu pai não era um relativista ético. Existiam valores essenciais insuscetíveis de transigência. E, quanto a esses, ele era absolutamente intransigente. A honestidade e a coragem pessoal não comportavam hesitação ou dúvida. Trabalhar para enriquecer era uma opção pessoal: ser rico, uma decorrência. Mas nunca aceitou que os fins justificassem os meios.


Meu pai era o meu melhor amigo. Isso ele também sempre me dizia. A amizade é uma relação imaterial, que se estabelece como uma relação de identificação incondicionada. Eu sabia que poderia contar com ele, para o que desse e o que viesse. De fato, eu nunca tive um amigo assim, igual a ele, em toda a minha vida.

O decurso do tempo produz efeitos estranhos na avaliação que fazemos de nossos pais. Marçal Justen morreu em 7 de Abril de 1978. Passados tantos anos, as marcas que dele ficaram na minha existência não parecem menores. Muito ao contrário. Mas parece produzir-se um fenômeno de concentração. Talvez a palavra certa seja “síntese”. Alguns aspectos da nossa personalidade ou da vida presente parecem concentrar o significado dessa parte do passado. Aquilo que foi uma existência ilimitada - a personalidade humana é ilimitada – se sintetiza em alguns aspectos, símbolos que nos permitem apreender e conservar a imagem do passado. São momentos, passagens, fatos que aconteceram, palavras que foram ditas, que levamos conosco ao longo da vida, tal como se carrega uma foto na carteira. São símbolos da nossa razão de existir, são referências de um modo de ser. Todas as pessoas que conheceram Marçal Justen levam consigo a memória de alguma passagem, de alguma de suas mensagens, algo de construtivo, uma carga positiva.

No final das contas e se fosse necessário (e possível) definir meu pai em poucas palavras, eu diria “Marçal Justen foi um homem Bom”. Terei vivido bem e dar-me-ei por realizado se esse também puder ser o meu próprio epitáfio.



Marçal Justen Filho

Nascido em Curitiba em 1955. Filho de Marçal Justen e de Chloris Casagrande Justen. Aluno distinguido, sempre em escolas públicas, classificou-se em primeiro lugar no vestibular e em todos os concursos públicos que prestou. Graduou-se em Direito na UFPR em 1977, com a média mais elevada naquela faculdade até então. Foi o professor titular mais jovem da UFPR (1986), onde lecionou entre 1979 e 2006. Advogado e conferencista, é autor de dez livros jurídicos, a maioria sobre direito público, como *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos* (Dialética, 13ª edição) e *Curso de Direito Administrativo* (Saraiva, 5ª edição). Em 2009, traduziu a obra *O Estado Pós-Moderno*, de Jacques Chevallier (Editora Fórum). 

Admirável trajetória

Por Rômulo Cardoso

Uma conduta ilibada, na vida profissional e pessoal, desperta a admiração das pessoas e orgulho natural de quem conquista tal atributo. Para o desembargador Miguel Kfoury Neto, mesmo antes de ingressar na magistratura paranaense, os caminhos foram trilhados com dedicação e um talento natural para comandar deixando aos seguidores um exemplo raro de caráter. Atualmente é o 19º presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Matogrossense de Campo Grande, nasceu no ano de 1951, e ali iniciou seus estudos. Em seu extenso e respeitado currículo estão a licenciatura em Letras-Português (1972) pela Universidade Católica do Paraná, bacharelado no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná (1971), bacharel em Direito (1981) pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Direito das Relações Sociais, pela Universidade Estadual de Londrina (1994) e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), quando obteve grau máximo de aprovação.

Ingressou na magistratura paranaense, após concurso, em 1984, julgando nas comarcas de Nova Esperança, Paranacity, Colorado, Mandaguçu, Marialva, Barbosa Ferraz, Alto Paraná,

Paraíso do Norte, Medianeira, Bandeirantes, Paranavaí, Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba, deixando nessas cidades sua marca de integridade e de respeitado jurista. Chegado na Capital em 1977, exerceu a função de Juiz Auxiliar da Presidência do TJPR, em três gestões distintas - Des. Henrique César (1997/1998) Des. Sydney Zappa (1999/2000) e Des. Troiano Netto (2001/2002) - ficando evidente seu saber jurídico e capacidade administrativa. É membro Titular da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, da Academia de Cultura de Curitiba e Cidadão Honorário de Maringá. Entre 1997 e 2003, atuou nas 7.ª e 8.ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Alçada, integrando e presidindo a 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, naquela corte. Promovido ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, por merecimento, em 2002 e a desembargador do TJPR em 2004. Eleito presidente da Amapar para a gestão 2008/2009. Orador fluente e loquaz, homem de bem, enobrece os magistrados paranaenses por seus atos de liderança e eficaz administração.

No magistério, além de Instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê e professor de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Redação no Colégio da Polícia Militar de Curitiba, lecionou Direito Processual Civil



no Curso de Direito da Universidade Estadual de Maringá e Técnica Estrutural da Sentença e Direito Processual Civil na Escola da Magistratura em Maringá e em Curitiba. Ministrou cursos de atualização promovidos pela Escola da Magistratura do Paraná, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e INBRAPE (Direito Civil e Direito Processual Civil), OAB de Maringá, Londrina, Presidente Prudente-SP, Bauru-SP, Joinville-SC (Univille), Lajes-SC (UNIPLAC), Umuarama, Paranaíba e Toledo (UNIPAR). Proferiu palestras em nível de pós-graduação nas Faculdades Integradas Curitiba.

Autor das obras jurídicas **“Responsabilidade Civil do Médico”** (6.^a ed., 2006, Ed. Revista dos Tribunais) e **“Culpa Médica e Ônus da Prova”** (2002, Ed. RT) e de artigos publicados em revistas especializadas e suplementos jurídicos de jornais, tem participado, como conferencista, de eventos jurídicos e médicos em universidades brasileiras.



Referência

O desembargador Miguel Kfoury Neto é considerado um dos maiores nomes do País em demandas indenizatórias oriundas de erro médico. Em 1992, era juiz de direito em Londrina, quando proferiu inédita sentença, tornando-se reconhecido pela decisão tomada e provocando a mudança de entendimento e da lei que vigia a respeito. Na ocasião, autorizou por sentença a interrupção de gestação de feto anencéfalo, baseada em diagnóstico médico. Fato exclusivo, tratado até então particularmente, com transtornos evidentes no meio social e para os envolvidos.

Em família

Casado com a Assistente Social Neuza Lopes Faria Kfouri, o casal tem três filhos: Miguel Gustavo, Hugo Eduardo e Ricardo Luís, todos eles bacharéis em Direito. A admiração que Kfouri desperta na esposa e filhos pode ser evidenciada nas declarações a seguir:

Meu pai

Existem momentos na vida que guardam toda a pureza do primeiro instante. Do meu “querido, bem-amado e perfumado pai-pai” – forma carinhosamente engraçada com que ele nos ensinava a chamá-lo quando eu e meus irmãos éramos crianças –, eu guardo vários, meus verdadeiros tesouros.

Quando comandava o Corpo de Bombeiros de Maringá eu o vi, certa feita, ser entrevistado na televisão, no jornal do meio-dia. Dava informações sobre o resgate de uma pessoa que havia morrido afogada. Conversava com o repórter ao lado de um rio de águas barrentas, ainda de cabelos molhados, pois tinha acabado de encontrar o corpo após realizar um mergulho. Súbito meu pai entra pela porta da sala de casa, com a farda impecável e o cabelo arrumado. Eu devia ter uns 6 ou 7 anos. Ele me cumprimentou e fomos almoçar. Durante todo o almoço eu olhava, atônito, para aquelas longas mãos, as mesmas que há pouco eu vira gesticular ao explicar o resgate para o jornalista, e fiquei na dúvida se esse que estava em casa não era um impostor que se passava por meu pai, pois como seria possível ele estar na televisão há pouco e, no mesmo momento, aparecer em casa?

E o que dizer do vizinho que tivemos na primeira comarca em que ele foi juiz titular, Paraíso do Norte? Digamos que esse ilustre senhor era grande apreciador da boa pinga brasileira, no entanto, após a costumeira degustação diária a que se dava o prazer depois



da dura labuta, era na esposa que ele ia descarregar suas frustrações, queixas e irritações. O problema é que quase sempre a discussão se radicalizava e o vizinho, fiel seguidor da máxima de Nelson Rodrigues de que as “mulheres não gostam de apanhar, só as normais”, começava a surrar a distinta senhora. Aí todos os outros vizinhos, transeuntes e frequentadores do boteco saíam para a rua ver qual seria a reação do juiz da comarca, que, por coincidência, nessas ocasiões sempre estava a trabalhar na sala da frente da casa, com a janela aberta e visível a todos da cidade. E a situação ficava tão crítica que nós cobrávamos do pai uma atitude. E foi assim que um dia a tolerância dele chegou ao limite após a filha da vizinha aparecer no portão chorando e pedindo, aos prantos, que ele interviesse no conflito para salvar sua mãe. A polícia foi chamada para prender o agressor. No dia seguinte, vizinha e filha se apresentaram aos prantos na nossa casa para pedir ao meu pai que o soltasse...



São vários os episódios e cenas que me vêm à memória, mas, entre o bombeiro e o juiz, para mim a imagem que sempre se sobressaiu foi a do poeta e professor de literatura. Poucos sabem que o pai foi aluno de Paulo Leminski, graduou-se em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e foi, durante muitos anos, professor de gramática, literatura e redação, paralelamente à sua atividade de Oficial do Corpo de Bombeiros. Também formou e inspirou uma geração de conhecidos professores de Literatura em Maringá, dentre os quais um até tornou-se conhecido nos cursinhos de Curitiba.

O amante da boa poesia, de gosto variado – de Augusto dos Anjos até o seresteiro Patativa do Assaré –, e o apreciador da boa música sempre me encantou. Ao longo dos anos eu sempre encontrava, entre os inúmeros livros de direito na mesa do pai, obras de poesia e romances, que ele sempre teve à mão. Sempre existiu, pois, antes do militar e do juiz, o homem de letras, sensível, emotivo, observador, tolerante, aberto e romântico a ponto de, às vezes, passar toda uma tarde a ouvir as suas músicas prediletas e cantá-las. Aliás, ficaram famosas em suas aulas de cursinho em Maringá as traduções simultâneas que ele fazia da música dos Beatles para seus alunos.

Assim, o poeta, o militar e o juiz se combinam e resultam nesse ser profundamente humano que é meu pai. (Ricardo)



O juiz e o futebol

Engraçado. Em meu pai, militar por formação, poeta de coração e juiz por opção, acabou por prevalecer o juiz. Talvez a culpa seja do futebol. Esse esporte é uma das suas paixões, como atleicano praticante e fervoroso. O que certamente todos desconhecem é que ele teve uma breve, porém intensa, carreira no futebol. Não como jogador, esclareça-se desde logo, embora alguns se recordem de que, nos áureos tempos de sua juventude, foi um lateral direito digno de ser escolhido entre os primeiros quando se separavam os times. Mas justiça seja feita a bem da verdade: os entendidos que analisaram o futebol do pai enaltecem mais o vigor físico e a boa resistência do atleta, do que propriamente a habilidade futebolística ou o estilo do jogador...

O pai também foi técnico e árbitro de futebol. E diplomado. Formou-se nos cursos de técnico e de árbitro da Federação Paranaense de Futebol e ostenta com orgulho tais diplomas. Aliás, como treinador da equipe de futebol de salão do Banco Banestado de Maringá conquistou três vice-campeonatos da Liga Amadora municipal. Com o tempo, porém, o técnico deu lugar ao árbitro, talvez renunciando o magistrado que ele viria a ser.

Na minha lembrança sua atuação como juiz de futebol tornou-se inesquecível. Um dia acordou-nos a todos, eu e meus irmãos, bem cedo, para acompanhá-lo até o distrito de Iguatemi, próximo a Maringá, onde apitaria uma partida de futebol de campo. Por sorte, também convidou alguns amigos bombeiros para ir junto. E o rigor do árbitro foi reprovado por um dos times ainda no primeiro tempo, atitude apoiada, em massa, pela numerosa torcida que assistia ao jogo. Resultado: pernas, para que te quero! Até hoje não sei como meu pai conseguiu se livrar da multidão. Só me recordo dos bombeiros que conseguiram nos levar, a mim e meus irmãos, até o carro e partir. Encontramos meu pai depois, em outro lugar.



Para nós, diversão e alegria. Para meu pai, um susto que o fez repensar na sua promissora carreira de juiz de futebol...

Quando do ingresso do meu pai na magistratura eu tinha cinco anos. Lembro-me, no entanto, do desfile militar que marcou a passagem do comando do Corpo de Bombeiros de Maringá, no qual ele, já como juiz substituto, deixou definitivamente a caserna. Findava-se a carreira militar, porém se o “Tenente Kfourri” saiu do Corpo de Bombeiros, o Corpo de Bombeiros nunca saiu dele...

Em Paraíso do Norte, comarca de entrância inicial, numa tarde de domingo, quando trabalhava em seu escritório, viu uma fumaça próxima. Tratava-se de um incêndio numa loja da avenida principal da cidade. Fazendo ressurgir o “velho” Tenente Kfourri, em poucos minutos



tenas de pessoas reuniram-se do lado de fora do prédio com o objetivo de invadir o local, gritando palavras de ordem e ameaçando linchá-lo. Quando as coisas pareciam fora de controle surge meu pai, juntamente com dois ou três policiais militares, e, em meio àquela multidão, conseguiu retirar incólume o perseguido candidato. Presenciei tudo de perto e fiquei estático quando vi meu pai, em fração de minutos, liderar a sua pequena tropa de policiais e conseguir resgatar o candidato ameaçado de linchamento, encaminhando-o em segurança ao fórum da cidade.



Foram inúmeras as histórias que, sem dúvida, marcaram sua carreira. Em todas as cidades pelas quais passamos, graças a Deus, meu querido pai sempre deixou amigos e boas obras. Pessoa extremamente humana, afável, sincera, humilde, firme em suas convicções e ideais. As contrariedades da vida nunca foram capazes de detê-lo. Apesar do estilo militar, sempre foi amoroso e carinhoso com os filhos, aos quais jamais nega um afago e um beijo. No último ano, a família aumentou com a chegada de sua primeira neta, descobrimos uma nova faceta no pai: a do avô extremamente dedicado e afetuoso, que se desmancha pela neta e é capaz de emocionar-se ao simplesmente vê-la brincando.

lá estava ele no telhado da loja, comandando os próprios moradores no combate ao incêndio. Quando o caminhão do Corpo de Bombeiros da cidade vizinha chegou o fogo já estava controlado.

Mas, para mim, a figura do juiz avultou no pai com o passar dos anos. No exercício desse mister ainda na pequena Paraíso do Norte, um fato particularmente marcou-me muito, até mesmo porque dele também fui testemunha ocular. Nas eleições municipais de 1988, como é costume em cidades pequenas, os ânimos ficaram acirrados. No dia da votação houve um pequeno entrevero entre um dos candidatos a prefeito e partidários do candidato adversário. O desentendimento tomou tamanha proporção que o referido candidato teve que se refugiar num prédio público. Cen-

Destaco, por fim, que a literatura sempre foi uma das grandes paixões de meu pai. Quantas vezes eu já o vi declamar um poema de Olavo Bilac ou Manuel Bandeira em nossas reuniões familiares, ou um trocadilho do paranaense Emílio de Meneses. As histórias da vida de grande parte dos autores literários – Machado de Assis, Gonçalves Dias, Lima Barreto, Augusto dos Anjos, dentre outros –, memorizadas após serem por anos narradas com a sua inimitável dramaticidade aos seus alunos de cursinho (dentre os quais figurou o querido Dr. Panza, juiz substituto de segundo grau), até hoje, para nossa alegria, ainda estão guardadas em sua memória e às vezes são lembradas com a mesma vivacidade. *(Miguel Gustavo)*

Essa verve literária acabou por se fazer presente nas suas sentenças e decisões. Quando juiz em Cascavel, meu pai concedeu a liberdade provisória a um jovem que furtara um violão em forma de poesia.

Vistos.

*Neste Brasil revoltado,
com tanta corrupção
"Ademir Preto" foi flagrado
Quando furtava um violão.*

*Agora, douto Bacharel
Alegando primariedade,
Pede que o menestrel,
seja posto em liberdade.*

*Seis dias no sacrifício
(está cantando no xadrez...):
concedo-lhe o benefício,
Porém não fure outra vez!*

*A fiança é fixada,
Em cinquenta mil cruzeiros.
Parece pouco, mas é pesada,
Para muitos brasileiros.*

*Principalmente porque,
o réu é trabalhador
E não tem nenhum "PC",
para depositar o valor...*

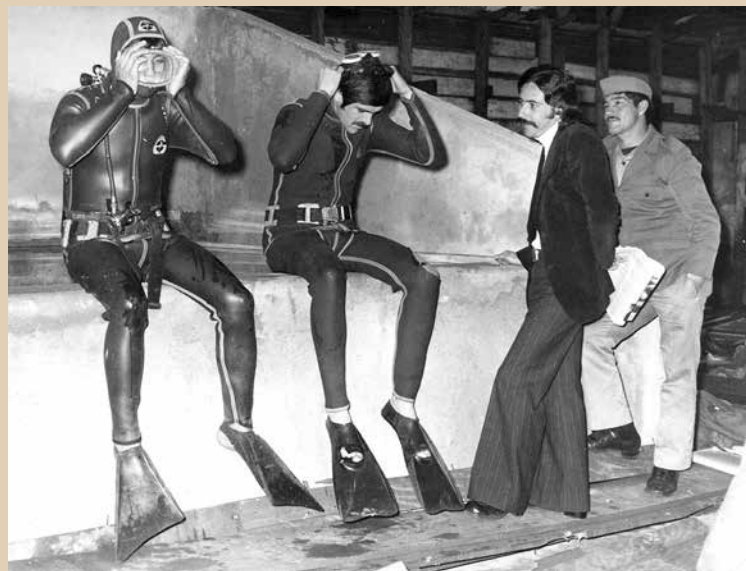
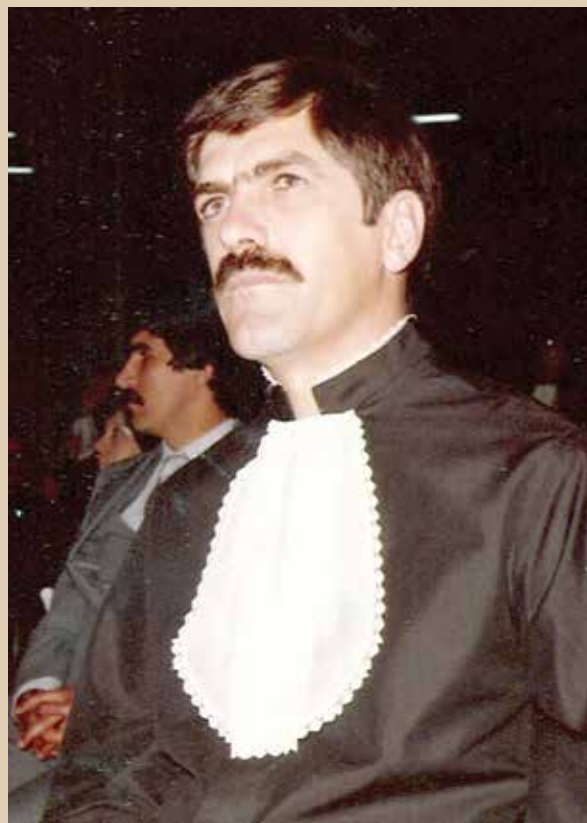
*Depois, providências finais
(o Escrivão sabe quais são).
E prendam logo os reais,
Vendilhões desta Nação!*

Int.

Cascavel, 22/07/92.

Miguel Kfoury Neto

Juiz de Direito



Admiração

Como meus irmãos lembraram fatos marcantes da infância, gostaria de homenageá-lo com o poema *As Mãos do Meu Pai*, de Mário Quintana, que bem retrata sua personalidade. (Hugo)

Repercussão de seus inovadores conceitos jurídicos

‘O ineditismo da decisão mudou o comportamento da população brasileira e nova conduta, ética e moral, se impôs perante os profissionais das catorze profissões da área da saúde’.

Teresinha Gomes Sales Sousa

“Afastando-se dos esquemas tradicionais de abordagem do tema e, principalmente, dos longos exames teóricos, Miguel Kfouri Neto não se descarta, porém, das lições da melhor doutrina, nacional e alienígena. A culpa médica é tratada em profundidade. Os conceitos jurídicos são iluminados pelos casos concretos, tornando-se acessíveis também aos profissionais da área da saúde. Infecção hospitalar, sigilo médico, omissão de socorro, Código de Defesa do Consumidor, responsabilidade civil do dentista - além de especialidades médicas como a anestesiologia e a cirurgia plástica - são assuntos palpantes, expostos com percuciência e clareza”.

Revista dos Tribunais

“O tema, a responsabilidade civil, abordado pelo professor Miguel Kfouri Neto, é extremamente feliz porque, de alguns anos para cá, a população vem discutindo a responsabilidade civil e também a fixação do dano em relação aos atos praticados. A sociedade organizada está muito atenta em relação ao que nós, os médicos, fazemos. Temos aí a existência dos Procons e das ONGs. No Rio de Janeiro, por exemplo, há uma associação de vítimas de erro médico, chamada ‘Vermes’, que não tem muitos critérios de avaliação, mas que, de qualquer maneira, é muito atenta em relação ao que fazemos. Há também a questão da cidadania, quer dizer, o médico é muito visado, porque o paciente tem noção daquilo que ocorre: está sempre cobrando mais”.

*As tuas mãos tem grossas veias como cordas azuis
sobre um fundo de manchas já cor de terra
— como são belas as tuas mãos —
pelo quanto lidaram, acariciaram ou fremiram
na nobre cólera dos justos...*

*Porque há nas tuas mãos, meu velho pai,
essa beleza que se chama simplesmente vida.
E, ao entardecer, quando elas repousam
nos braços da tua cadeira predileta,
uma luz parece vir de dentro delas...*

*Virá dessa chama que pouco a pouco, longamente,
vieste alimentando na terrível solidão do mundo,
como quem junta uns gravetos e tenta
acendê-los contra o vento?*

*Ah, Como os fizeste arder, fulgir,
com o milagre das tuas mãos.*

*E é, ainda, a vida
que transfigura das tuas mãos nodosas...
essa chama de vida — que transcende a própria vida...
e que os Anjos, um dia, chamarão de alma...*

(Mario Quintana)

Mário Jorge Rosa de Noronha

“Nunca na história deste País houve uma proximidade tão grande entre Saúde e Direito. Só que uma relação de contida harmonia e muitos conflitos, nem sempre de interesse ético, mas econômico, na maioria das vezes. O usuário dos serviços, sejam estes público ou privado, está mais bem-informado do que nunca. E assistido. Quer pelos organismos de defesa do consumidor ou outros instrumentos jurídicos. Na “linha de tiro” estão expostos cada vez mais os profissionais, estabelecimentos e operadoras de saúde, que além da obrigação de ser zelosos em suas ações - da atenção aos pacientes e seus familiares à eficácia dos serviços.

Gazeta do Povo - 04/03/2008





Centenário

*Antônio Franco
Ferreira da Costa*

Por Chloris Elaine Justen de Oliveira

Em 13 de setembro de 1968, a magistratura paranaense foi surpreendida pelo súbito falecimento do Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, presidente da Amapar e Corregedor-Geral da Justiça, no exato momento em que relatava um feito, em plena sessão do Tribunal Pleno. Sua morte inesperada, aos 59 anos, causou comoção entre seus pares

que o viram tombar desfalecido e tentaram inutilmente reanimá-lo.

O aclamado Líder da Magistratura Brasileira foi alvo de diversas homenagens em todo o Estado. Vinte e cinco municípios paranaenses conferiram seu nome a logradouros públicos e outorgaram-lhe o Diploma de Benemérito, cinco comarcas propuseram seu nome ao fórum local. Tal patronato foi aprovado na comarca de Londrina. Leis municipais em Guaraniaçu, Formosa do Oeste, Maringá, Icaraíma, Cornélio Procópio, Nova Esperança, Umuarama, Santa Mariana, Marialva, aprovaram seu nome para escolas públicas. Por suas relevantes iniciativas em prol da Justiça, em benefício da classe e em apreço ao magistrado, a Amapar, em assembléia geral, unanimemente inseriu em seus Estatutos, Art.41, II, que diz:

“Na Galeria de Retratos dos presidentes estará em destaque a fotografia do Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, Presidente Benemérito”.

Detentor da Medalha Marechal Hermes, da Medalha do Mérito Judiciário, do título de Presidente Benemérito da Associação dos Magistrados do Paraná e por haver presidiu a Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná e recebeu diversas honrarias por sua operosidade e diligência.

Antônio Franco Ferreira da Costa, nasceu em Curitiba no dia 24 de agosto de 1909, filho de Lysimaco Ferreira da Costa e de Esther

Franco da Costa. Casou-se com Maria Macedo Ferreira da Costa. Bacharel pela UFPR na Turma de 1932. De 1938 a 1940 exerceu o cargo de prefeito municipal de Morretes. Iniciou-se na magistratura em 1942 judicando nas comarcas de Paranaguá, Antonina, Clevelândia, Apucarana e Londrina. Transferido para Curitiba em 1951, foi nomeado desembargador do TJPR em 1952 e logo escolhido Corregedor-Geral da Justiça. Reeleito nas gestões de 1954/55, 1956/57, 1958/59 e 1960/61. Em 1962 foi nomeado presidente do TJPR. Na gestão de 1965/66, eleito corregedor-geral e reeleito na gestão seguinte, 1967/68, deixou o mandato inconcluso com seu prematuro falecimento.

Presidente da Amapar preocupou-se com a valorização do magistrado. Incentivou e promoveu encontros culturais e jurídicos e escolheu, numa iniciativa inédita, um Delegado da Associação em cada Comarca, ou seja, um juiz para representar, perante sua comunidade, a Amapar. Temperamento extrovertido, ocupou por duas gestões –1965/66 e 1967/68- a presidência da Associação. Definiu um catálogo de obras jurídicas, denominando Livro do Juiz, com obras jurídicas adquiridas por preço favorável e entrega imediata. Planejou a construção de uma colônia de férias para acolher os juízes em gozo de férias e em confraternização, um local nobre e digno, como enfatizava. Para tanto, adquiriu uma área à beira-mar, no bal-





neário de Guaratuba, contratou uma firma de planejamento e engenharia, mas ele mesmo supervisionava a construção do edifício, para acelerar seu término. Empregou dinheiro próprio com essa finalidade e, por ocasião do seu desenlace, os magistrados se cotizaram para saldar os débitos com a família. Ante a importância e visibilidade adquirida pela Associação, o número de sócios aumentou, principalmente os desembargadores mais antigos, e a sede administrativa, em 1965, instalou-se no Palácio da Justiça, 3º Andar. Com o Regimento da Secretaria da Amapar, votado e aprovado, houve a contratação de novos funcionários. A obra em Guaratuba precisava chegar ao seu término, por isso a Diretoria solicitou um financiamento bancário para os ditos acabamentos, empenhando a condição pessoal do presidente, exigência do órgão financiador, e assim, Antônio Franco Ferreira da Costa e sua diretoria foram reconduzidos por mais uma gestão. Dois meses após, deu-se o inesperado, o falecimento do presidente. A Amapar homenageou-o conferindo seu nome à Colônia de Férias de Guaratuba, seu mais valioso bem.

As comarcas de difícil acesso, quase todas, naquela época, eram por ele visitadas, às vezes



de avião, surpreendendo escrivães e moradores, pelo inesperado da chegada. Alegre e comunicativo, orador de reconhecidos dotes, gozava de grande prestígio e influência na comunidade jurídica paranaense.

Lecionou Direito Judiciário Civil e foi o primeiro diretor do curso de direito da Universidade Católica do Paraná.

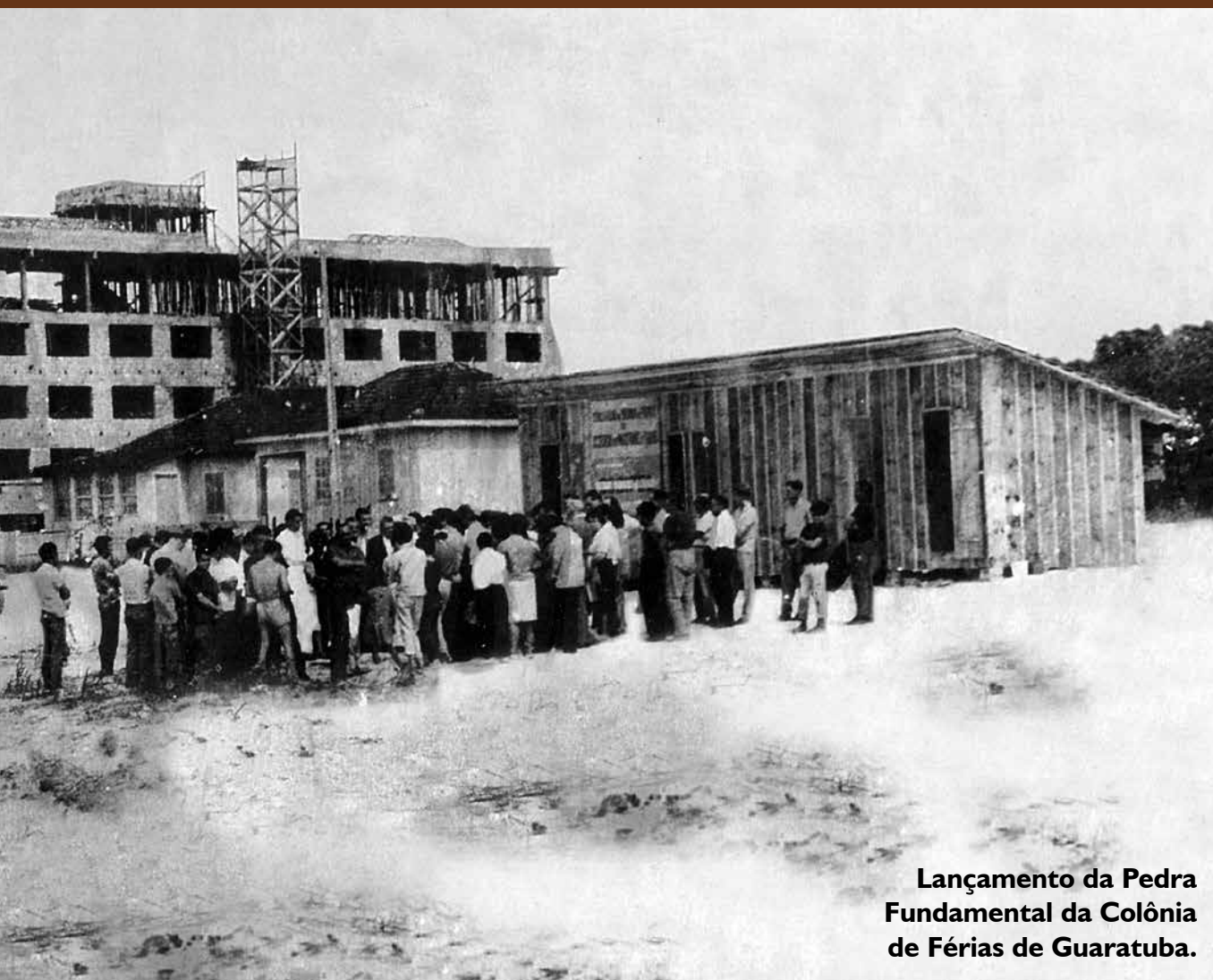
Conta-se que, certa vez, um escrivão o recebeu com todas as honras, mas evitando sua permanência no fórum. Em cidade pequena, tudo fica na mesma rua, o fórum, o hotel, a praça, a igreja. Durante a noite, o cartório completou os livros de registro, todos copiados

a mão, como era o costume. No dia seguinte, ouviu do Corregedor:

-‘Não deve haver qualquer atraso em sua escrivania. Pela janela do hotel, vi uma luz de vela acesa durante toda a noite, no seu cartório’.

Há, ainda, a história do cartório que se escondeu com todos os livros em atraso ou incompletos e, tão-logo conseguiu completá-los, foi ao encontro do Corregedor, na comarca próxima, cheio de desculpas esfarrapadas, mas com tudo em dia.

É avô do juiz de direito Antonio Franco Ferreira da Costa Neto.



Lançamento da Pedra Fundamental da Colônia de Férias de Guaratuba.

A escolha de profissão

Por Sansão José Loureiro

Depois do almoço, o juiz saiu de casa subindo a ladeira em direção ao Fórum. A casa de excelente madeira havia sido construída pela comunidade, na esperança de fazer o juiz permanecer tempo na comarca. O local era indesejado na carreira. Fotografias registraram o episódio insólito de um juiz sendo escorraçado, em plena rua principal, por uma multidão raivosa. O que fazer em termos de segurança pessoal? Dois oficiais de justiça já haviam sido mortos no cumprimento de diligências judiciais. Até a igreja já fora incendiada várias vezes por desinteligências entre o pároco e os donos dos pinhais. Isso sem falar no que ouve entre o juiz anterior e o prefeito local.

O desafio estava posto. Com 28 anos de idade, ainda solteiro, pensou que seria capaz de enfrentar a missão. Novo na Comarca, já se acostumara a conhecer seu território, visitando os locais como os mais violentos, no Jeep de seu Oficial de justiça, pagando a gasolina, pois não tinha automóvel. Forçou-se a mudar sua maneira de falar para se fazer melhor entender. Lembrou-se de ocasião, em um caso de crime contra os costumes, em que foi socorrido pelo advogado da vítima para fazê-lo falar. Procurara todas as formas de fazer a vítima descrever o ato atribuído ao acusado sem conseguir resposta, e, aceitando a sugestão do defensor, perguntou à vítima se o réu havia 'se apossado' dela, tendo sido entendido de imediato. O rádio era o único transmissor de notícias e ligado o dia inteiro. O assassinato do presidente John Kennedy foi assunto de muita conversa naquele mês.

Resolvera trabalhar no Fórum pela manhã e à tarde. Pela manhã tivera audiências e, à tarde, iria inquirir um acusado preso. Na sede do Juizado - enorme casa de madeira - corria a notícia que, em breve, seria construído um prédio novo, em alvenaria, com cadeira de palhinha para o juiz e promotor e também para os demais. Quando?...

O acusado parecia tranquilo, de aparência jovem e asseada, com a cara de quem estava com vontade de conversar. Não denotava sentir o enorme calor devido à seca prolongada, e nem se incomodar com

a espessa poeira que os veículos da rua levantavam continuamente.

Interrogatório registrado nos mínimos detalhes por seu pitoresco, ficou assim resumido nos autos:

“O interrogado declara ter nascido em Faxinal dos Elias, atualmente residindo em Imbituva, parado nas casas de mulheres. Há mais ou menos dois meses vem roubando neste Município e confirma as queixas feitas contra ele, sendo que roubou na Linha Barra Grande, na casa de Basílio Bonski, um terno de casimira azul-marinho, em estado de novo, cuja calça está usando, sendo que o paletó jogou na estrada de uma colônia onde tentaram prendê-lo. Mais uma calça listrada e a mala de mão que jogou no mato, sendo que na mesma casa ainda roubou um relógio de bolso marca Omega, o qual foi vendido para um 'polaco' em Água Clara, pelo lado de Irati, por novecentos cruzeiros. Depois desse roubo foi embora pra Pitanga e lá andou roubando algum dinheiro pelas casas dos colonos. Em Pitanga não roubou ninguém, de lá, foi para Guarapuava, permanecendo uns dez dias sem roubar nada, pois tinha o dinheiro que havia roubado em Pitanga; mais ou menos uns dezesseis mil cruzeiros. De Guarapuava veio para este Município onde entrou pelas colônias a dentro, onde estava agindo, pois só agia no mato - tem ladrão de cidade e os dos matos - e se considera 'ladrão do mato'. Na linha Ricardo, deste Município, tirou de uma casa uma espingardada e uma cartucheira, com vinte e três cartuchos, cento e vinte cruzeiros e duas garrafas de cerveja feita em casa. Para entrar na casa arrombou a janela. A espingarda e a cartucheira deixou penduradas no mato. Na delegacia soube que o morador era Miro Radota, pois já havia queixa registrada e, na realidade só havia cento e vinte. Também entrou em outra linha que vai para a Esperança, arrombou um baú onde encontrou sessenta cruzeiros. No dia seguinte, ou seja, no dia quatorze, foi a uma casa na Linha do Santo, entrando por uma porta amarrada pelo lado de fora, à procura de dinheiro. Em um paletó pendurado num cabide vasculhou a algibeira, achando uma carteira contendo quinhentos cruzeiros numa nota só. Naquela casa não arrombou nada,

Sansão José Loureiro

Nasceu em Uberlândia MG, no ano de 1933. Bacharel em Direito, Turma 1956, e licenciado em Economia, em 1957, ambos pela UFPR. Participou da vida acadêmica como colaborador da Folha Acadêmica, diretor da Revista Themis e presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, Gestão 1955/56.



Exerceu a advocacia até 1959, quando ingressou na magistratura e foi nomeado juiz substituto da 5ª Seção Judiciária. Atendeu as comarcas de Ponta Grossa, Prudentópolis, Ipiranga, Tibagi e Pitanga. Em 1962, após concurso, assumiu o cargo de juiz de direito, julgando em Joaquim Távora, Clevelandia e Curitiba. Em 1963, na Capital, iniciou suas atividades como juiz auditor da Vara da Justiça Militar do Estado, cargo que ocupou até sua aposentadoria em 1982. Professor Emérito da Faculdade de Direito da UFPR de Direito Constitucional e Internacional Público, aposentando-se em 2003. Autor das obras *Federalism and the Changing in the Territorial Basis of Member States* e *Aprendiz de Magistrado*.

Leitor assíduo doou aproximadamente cinco mil livros para a Biblioteca Pública do Estado.



da queixa registrada. Depois de tudo calmo saiu novamente na estrada e veio para o lado desta cidade viajando a pé até a noite. Pelas vinte e três horas viu uma casa e foi sondar o galpão. Viu um 'apero' e saiu pelo potreiro à procura de um animal. Encontrou uma égua zaina pertencendo mais para preta, pegou-a, encilhou-a com o 'apero' completo e veio para a cidade, chegando na Linha do Val. Entrou num galpão de onde tirou um pedaço de toicinho, embrulhou-o num pano e veio até a Linha do Santo para pernoitar perto da serraria do senhor Fonseca. Tirou o 'apero' da égua e soltou-a para pastar. A égua fugiu, porque não tinha como amarrá-la. Ficou o dia inteiro no mato, pernoitando lá mesmo. Hoje pela manhã veio para a cidade para cortar o cabelo. No bar do Miguel almoçou, dirigindo-se depois para a Linha do Santo, 'garrando' o mato para agir. Quando estava na frente do açougue, um policial veio em sua direção 'diretamente'. Não escutou se ele lhe deu voz de prisão, mas veio em sua mente que poderia ser preso e pôs a mão na faca. O policial, não entendendo sua intenção, pulou-lhe em cima e foi ferido. Não era sua intenção fugir, mas o soldado estava armado de fuzil e poderia atirar

diferente dos homens que o cercaram no mato. Deles fugiu porque sabia que estavam armados de revólver e não atiraram nele para acertar, diferente do soldado, pois é dever dele prender ou atirar no fugitivo. Roubou várias casas gastando o dinheiro com mulheres de vida fácil tanto em Guarapuava, quanto em Imbituva, onde tinha uma mulher preferida de nome Sebastiana. Mas também gastava dinheiro com outras mulheres. Quando foi preso tinha dinheiro e balas de 32. Rouba pelo tempo de dois anos e já foi preso uma vez em Guarapuava por causa de roubo de cavalos, tendo sido condenado a um ano de reclusão, cumprindo pena na Penitenciária Central do Estado de onde saiu mal de vida, por isso começou a agir novamente. Nunca machucou ninguém por causa do roubo, nem quis matar o soldado. Foi acidente. Vem praticando furtos e roubos desde a idade de 18 anos. Rouba por gostar e achava que o meio é mais fácil de conseguir dinheiro. Das outras vezes que foi preso, foi por embriaguez."

E nada mais disse, nem lhe foi perguntado. No término, o Juiz meditou sobre a importância do interrogatório no caso de condenação.

mas encontrou um chapéu pendurado. Como era mais novo que o seu, trocou-o, deixando o seu em um banco. Dali saiu quando eram umas duas horas da tarde e, bem longe, a uns seis quilômetros, foi alcançado por uns trinta homens, calculando que a 'polacada' daquela zona estava atrás dele. Foi cercado pelos homens, armados de revólveres, facas, foices e cacetes. Em sua opinião os homens queriam lhe linchar, pois até tiros deram atrás dele. Vendo o perigo, pos a mão na faca que portava na cinta e, com este gesto os homens abriram um pouco. Aproveitou para escapar pulando a cerca e fugindo para o mato. Na fuga deixou cair o paletó e uma capa Ideal que levava às costas. Tem a declarar que na casa onde trocou o chapéu só tirou quinhentos cruzeiros e não sete mil e quinhentos, como consta

Por Roberto Portugal Bacellar

“Criança que brinca de fazer justiça, aprende que justiça não é brincadeira”. Este é o *slogan* do programa Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola, desenvolvido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em todas as regiões do País. A iniciativa surgiu da constatação de que boa parte dos cidadãos brasileiros, sejam eles crianças, jovens ou adultos, desconhece seus direitos e deveres. O programa busca, portanto, promover ações de incentivo ao exercício da cidadania, garantindo o acesso de todos ao Poder Judiciário e à Justiça, em seu sentido mais amplo.

Com o objetivo de proporcionar aos cidadãos brasileiros uma melhor compreensão sobre es-

a contar com um veículo próprio de divulgação: uma página na internet (www.amb.com.br/cej).

No contexto de diversas telenovelas percebe-se a atuação de jovens em confronto com professores, desrespeitando valores humanos básicos, muitas vezes até com respaldo dos familiares. Ciente de que as telenovelas, exibidas em horário nobre, são importantes veículos para a divulgação de boas ideias, a AMB propõe uma parceria com emissoras para apresentar, em momento adequado, um resumo do programa Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola, de forma descontraída e bastante didática, como é habitual nas atividades do projeto. A intenção é demonstrar aos telespectadores a importância das ações dos jovens que servem de referência

para as crianças – que costumam repetir e reproduzir seus atos –, além de destacar a responsabilidade desses jovens e a repercussão de suas condutas na sociedade.

Em resumo, a AMB propõe a participação

de um representante da Associação em telenovelas, explicando o teor do programa aos jovens estudantes, de forma descontraída e didática. A apresentação será acompanhada da distribuição de exemplares do material do projeto (publicações e filmetes) e poderá ser seguida por questionamentos dos alunos a respeito de seus direitos e deveres como cidadãos.

O objetivo é que, no ambiente da novela, conhecendo a iniciativa em sala de aula, os alunos sejam estimulados a atuar como multiplicadores voluntários da ideia e se tornem referência de cidadãos para os estudantes mais novos. A transmissão dos ensinamentos do programa pode ser feita por meio de visitas a escolas e pela realização de mediações e júris simulados com as crianças, que se divertirão usando as vestimentas de juízes,

“Justiça não é brincadeira”

ses temas, em 1992, a AMB lançou a Cartilha da Justiça, com a ideia de levar a crianças e jovens em idade escolar, de forma clara, simples e divertida, conhecimentos básicos sobre seus direitos e deveres, além de ensinar sobre a estrutura, as atribuições e o acesso ao Poder Judiciário, com a participação de magistrados, pais e professores.

Uma iniciativa desenvolvida no Paraná foi referência para o programa Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola, lançado oficialmente e em âmbito nacional em 1997. A partir de então, o projeto começou a ser difundido para outros estados dos quatro cantos do País.

Como idealizador do projeto no Paraná e atualmente seu coordenador, concluo que a iniciativa adquiriu características de um programa institucional em 2008, quando também começou

advogados, promotores, defensores públicos, réus e testemunhas.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

O programa tem a finalidade de conscientizar professores e alunos – alcançando também seus pais e responsáveis – sobre seus direitos e deveres, mostrando como exercê-los, informando a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais serviços jurisdicionais.

Objetiva também propiciar leitura, análise e pesquisa que levem à reflexão ética sobre os conceitos de cidadania e justiça, além de servir como subsídio ao conteúdo curricular das escolas, inserindo os estudantes no contexto do regime democrático brasileiro.

EXPERIÊNCIA E ALCANCE

A iniciativa é desenvolvida, normalmente, com crianças e jovens do ensino fundamental da rede pública de ensino, mas também pode atingir jovens do ensino médio e adultos que se interessem pelos temas, por meio de parcerias, firmadas pela AMB com órgãos da União.

Desde seu lançamento, o programa já chegou a 16 estados do País, tendo alcançado, direta ou indiretamente, pelo menos 8 milhões de estudantes, seus familiares e amigos. Esses dados podem ser medidos tendo em vista que foram distribuídos 2 milhões de exemplares da quarta edição da Cartilha da Justiça em Quadrinhos e 75 mil da última edição da revista, lançada em 2006.

Hoje, a iniciativa é desenvolvida nas seguintes cidades:

- Cícero Dantas, Itabuna, Vitória da Conquista, Tremedal – Bahia

- Canindé e Boa Viagem – Ceará
- Brasília e entorno – Distrito Federal
- Vitória – Espírito Santo
- Corumbá de Goiás e Aparecida de Goiânia – Goiás
- Imperatriz, São Luís e Vitorino Freire – Maranhão
- Passos, Teófilo Otoni, Formiga e Betim – Minas Gerais
- Juscimeira – Mato Grosso
- Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco
- Teresina – Piauí
- Cascavel, Curitiba e União da Vitória – Paraná
- Niterói, Petrópolis e Paraíba do Sul – Rio de Janeiro



Mônica e Roberto Bacellar com crianças do projeto Justiça se Aprende na Escola.

- Novo Hamburgo e Porto Alegre – Rio Grande do Sul
- Carira – Sergipe
- São José – Santa Catarina

DESENVOLVIMENTO

O programa é dividido em quatro etapas básicas:

a) **Motivação** - Organizar o cronograma e o desenvolvimento do projeto, motivar os diretores e supervisores de ensino nas escolas e difundir a iniciativa aos alunos, por meio da

distribuição da Cartilha da Justiça em Quadrinhos e das vinhetas da Globo “Cidadania a gente vê por aqui.”

b) Visitação - Visitas dos alunos e professores a órgãos do Poder Judiciário.

c) Produção Cultural - Início da produção cultural, por parte dos estudantes, com base nos ensinamentos da cartilha e nas visitas, para posterior participação em concursos promovidos pelas escolas, realização de conciliações e de júris simulados, peças de teatro, redações, coreografias e músicas, com a participação de juizes, promotores, advogados, alunos e professores.

d) Premiação - Apresentação da produção cultural e entrega de prêmios aos alunos.

Material

O programa *Cidadania e Justiça Também se Aprende na Escola* conta com duas peças fundamentais para o seu desenvolvimento: a Cartilha da Justiça em Quadrinhos e o Manual do Professor. Além das publicações, por meio de uma parceria com a Rede Globo, o programa dispõe de seis vinhetas sobre os temas “Os Três Poderes da República”, “O juiz”, “O Ministério Público”, “A polícia”, “O advogado e o defensor público” e “A Constituição do Brasil”.

Personagens

Buscando ensinar os estudantes sobre esses temas de forma divertida e descontraída, as histórias da *Cartilha da Justiça em Quadrinhos* e das vinhetas são contadas pelo personagem Brasilzinho e sua turma. Brasilzinho é um menino muito esperto e perspicaz, que adora esclarecer dúvidas frequentes dos seus amigos e colegas, mostrando que a Justiça é de todos, inclusive das crianças e jovens. Além de Brasilzinho, participam das histórias outros 12 personagens.

Conhecendo a Justiça com alguns cliques

A página na internet do programa Cidadania e Justiça Também se Aprende na Escola foi criada para expandir o alcance do programa, permitindo que mais crianças e jovens tenham

Roberto Portugal Bacellar

Nasceu em Curitiba, em 1962, onde realizou seus estudos iniciais. Concluiu o curso de Direito pela PUC em 1988. É pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil, cursou MBA em Gestão Empresarial na UFPR e é Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC. Ingressou na magistratura em 1989 e percorreu as comarcas de Colombo, Rio Branco do Sul, Cerro Azul, Almirante Tamandaré, Catanduvas, Imbituva, Umuarama, Londrina e Curitiba, aonde chegou em 1995. Preparou, desenvolveu e aplicou o projeto 'Justiça se Aprende na Escola' e fez imprimir uma coleção de 12 gibis educativos, sobre assuntos jurídicos, em linguagem adequada aos escolares, projeto este adotado em outros estados da Federação. Escolhido como juiz auxiliar da Vice-Presidência do TJPR em 1997/98 e coordenador dos Juizados Especiais do Paraná. No magistério é professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pontifícia Universidade Católica, da Escola da Magistratura de Alagoas e Rio Grande do Norte, especialmente nos módulos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e de Capacitação em Técnicas de

acesso às noções básicas de cidadania, por meio de animações e divertidos jogos. O endereço é www.amb.com.br/cej. O site disponibiliza o material de apoio do programa e os usuários podem fazer o download das publicações gratuitamente, além de assistir às seis vinhetas produzidas em parceria com a Rede Globo. Os jovens também podem se divertir, aprendendo com seis diferentes jogos.

A página do programa na internet ainda oferece um espaço dedicado aos professores. Nele, é possível aprender a montar um júri simulado com as crianças, dividindo as funções de juiz, promotor, advogado, acusado, escrivão, réu, jurados, policiais, vítimas e testemunhas. Além disso, há sugestões de atividades para a aplicação do projeto nas escolas, como teatro de fantoche, jogo de palavras e redação.



Negociação, Conciliação e Mediação. Atuante na vida associativa, exerceu o cargo de diretor de comunicação social na gestão 1997/98 da Amapar e igualmente na AMB, eleito vice-presidente na gestão 1998/99 e presidente da Amapar em 2002/03. Atualmente é diretor-geral da Escola da Magistratura do Paraná. Articulista de jornais, autor da obra 'Juizados Especiais – A Nova Mediação Paraprocessual'.

PARCERIA COM A REDE GLOBO

Com o intuito de disseminar ainda mais as ideias do programa pelo País, utilizando para tanto um dos principais meios de transmissão de informações – a televisão –, e buscando colaborar com o quadro das novelas que apresentam iniciativas de cunho social e educacional, a AMB propõe uma parceria com a Rede Globo. O convênio possibilitará às instituições parceiras ampliar o leque de divulgação de boas práticas que podem resultar no aumento da consciência e o despertar dos cidadãos sobre a importância de praticar a PAZ.

A difusão dos ensinamentos do programa da AMB no quadro das novelas tem a intenção de mostrar que, embora seja difícil, é possível

estabelecer relações de harmonia no ambiente escolar e levar o aprendizado para dentro de casa e para as ruas. Na prática, a partir do conhecimento do programa da AMB, alguns atores e atrizes que interpretam estudantes nas telenovelas se voluntariariam a disseminar a ideia, ressaltando a necessidade de aprender sobre os direitos e deveres dos cidadãos para o pleno exercício da cidadania.

Proposta

- A participação de um representante da AMB no quadro das novelas, exercitando ações com teor do programa Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola, de forma descontraída e bastante didática, como é habitual nas atividades do projeto;

- Distribuição de exemplares da Cartilha da Justiça em Quadrinhos;

- Veiculação de parte de uma das vinhetas produzidas em parceria com a própria Rede Globo;

- Criar espaço para questionamentos dos estudantes a respeito de seus direitos e deveres como cidadãos, ou sobre os seis principais temas abordados na Cartilha da Justiça – “Os Três Poderes da República”, “O juiz”, “O Ministério Público”, “A polícia”, “O advogado e o defensor público” e “A Constituição do Brasil”;

- Buscar, no ambiente da sala de aula, alunos voluntários para serem boas referências para as crianças das novelas, participando de uma das fases do programa, como a visita às escolas, por exemplo;

- Realização de um júri simulado com a utilização das vestimentas dos profissionais participantes (juiz, advogado, promotor, defensor público, réu, testemunha etc.).

Contrapartida

- Inclusão da logomarca da Rede Globo nas peças de divulgação, nos 16 estados da Federação, e materiais didáticos da campanha, sendo eles a Cartilha da Justiça em Quadrinhos, o Manual do Professor as vinhetas para televisão e o site do programa.



Waldemar Curt Freysleben



A arte da **BOA LUZ**

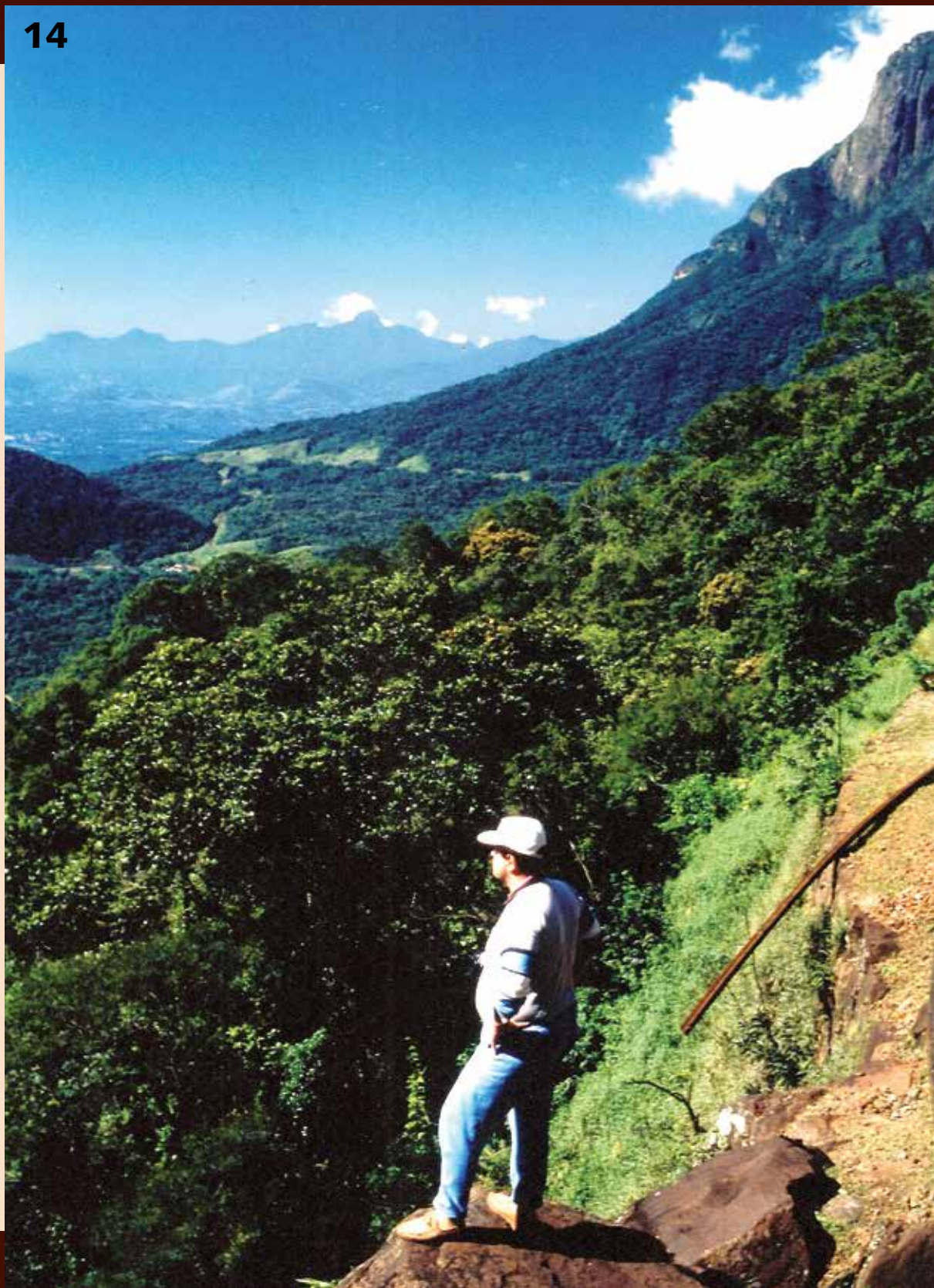
*Sempre, desde a mais tenra
idade, tive forte senso de justiça e
inclinação para a escrita.
De igual modo, sempre gostei de
arte, história e de imagem.*

Por Claudio de Andrade

Meu pai era cirurgião dentista, e minha mãe, professora. Cresci num ambiente harmonioso e alegre, iniciando-se minha formação escolar no Colégio Martinus, de religião luterana e forte influência alemã. Lá, tive sólido aprendizado dentro de rígida disciplina, o que contribuiu, já desde os verdes anos, para uma visão clara do mundo e da civilização. Depois, atendendo a forte inclinação para as humanidades, e assim cursando Ciências Sociais no Colégio Estadual do Paraná, tomei contato com um ensino mais detalhado da literatura, história, filosofia, sociologia, latim, e das línguas francesa e inglesa, ao passo em que estudava esses idiomas também separadamente na Aliança Francesa e no Inter Americano. Claro que tais inclinações me levavam direto ao Curso de Direito para o qual me preparava, culminando com, ainda no ensino médio, com o Cursinho Pré-Vestibular Abreu, onde tive como professor de história e literatura o grande Paulo Leminski. Simultaneamente, no Colégio Estadual tive aulas de história com os Professores Ruy Vieira e Santos Filho, verdadeiros cientistas sociais que me proporcionaram riquíssima visão cultural do mundo e da história. Com tal formação, ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1966, tendo concluído o curso em 1970. Lá também tive grandes mestres, verdadeiros luminares do Direito, como Altino Portugal, Ildefonso Marques e Ary Florêncio Guimarães. Ainda durante o curso de Direito e paralelamente a estágio em escritório de advocacia, continuava meu interesse pela arte,

fazendo com que frequentasse cursos de extensão, reuniões, cinema, teatro, etc. Meu saudoso pai tinha o hobby da fotografia desde os anos 50, e, assim, também cresci convivendo com essa arte da imagem, frequentando salões de arte fotográfica, lendo revistas especializadas.

Em 1967, com 19 anos, comecei a fotografar com alguma frequência e não parei mais. Meu pai me emprestou uma câmera Kodak Retina, com a qual me iniciei na fotografia e produzi muitas fotos que ainda guardo nos dias de hoje. Na sequência, depois que casei em 1972, e fundei meu escritório de advocacia próprio, comecei a me interessar pela fotografia mais apurada, com a utilização de câmeras do tipo Reflex de uma lente só, as conhecidas SLR (single lens reflex), que permitiam a ampla troca de objetivas desde as grande angulares até às tele extremas, além das macro que permitiam aproximações incríveis. Eu experimentava com slides de projeção, e fazia ampliações em papel preto e branco em laboratório caseiro no qual meu pai me ensinou a trabalhar. Depois do falecimento de meu pai em 1979, continuei minha senda pela arte fotográfica, frequentando o Foto Clube do Paraná, pioneiro da arte fotográfica no Brasil, fundado em Curitiba em 24 de agosto de 1938, e participando de seus concursos fotográficos internos, onde muito aprendi com o convívio de artistas fotográficos que também lá estavam, destacando os nomes de Irineu Pedro Bonatto, premiadíssimo artista fotográfico, inclusive em concursos internacionais, e que fora amigo de meu pai, o médico Dr. Carlos Ravazzani, até



hoje companheiro de inúmeras jornadas fotográficas, e Carlos Renato Fernandes, o popular Tarzan, esses últimos autores de vários livros de fotografias, dos quais, aliás, participei, como O Paraná, Floresta Atlântica e vários outros. Depois, cheguei a me tornar presidente do Foto Clube do Paraná, quando realizei em Curitiba em 1983, com o indispensável auxílio desses amigos e de tantos outros, a Bienal de Arte Fotográfica Brasileira – Cores, evento do calendário da Confederação Brasileira de Fotografia e Cinema de São Paulo, à qual compareceram artistas fotográficos das mais diversas regiões do Brasil, tornando o certame um marco da fotografia paranaense. Enquanto desenvolvia tais atividades, comecei a escrever artigos sobre fotografia na Gazeta do Povo, que eram publicados aos domingos no Caderno G. Ali eu publicava fotos, comentava, dava notícias do Foto Clube do Paraná e também do que se passava no mundo internacional da fotografia, com o lançamento de equipamentos, e de técnicas diversas. Cheguei a escrever centenas desses artigos, de 1981 a 1996. Durante todos esses anos, com grande entusiasmo pela vida e pela natureza, fiz inúmeras viagens pela Serra do Mar tanto pela Estrada da Graciosa como pela Estrada de Ferro, onde, caminhando a pé pelos trechos mais fantásticos da descida da Serra, mediante autorização especial da Rede Ferroviária Federal, tive a rara oportunidade de tomar contato com paisagens e obras que jamais imaginara quanto de obter fotografias excelentes e que foram premiadas em inúmeros concursos. Ao mesmo tempo, com a





família, ou somente com amigos, viajava pelo litoral e interior, sempre fotografando e assim registrando as imagens do Sul do Brasil, e levando-as a concursos, culminando com uma foto premiada pela fábrica das câmeras Nikon do Japão, e por ela publicada no Calendário Internacional de 1988, com o crédito para meu nome (foto nº 1 que mostra uma cena do mar de Antonina). Em minha aptidão fotográfica, buscava capturar o reflexo da vida e do mundo, com todos os seus encantos, desde o Universo em miniatura, até às formidáveis paisagens das montanhas e dos mares. Das viagens internacionais que fiz, trouxe grande número de fotos turísticas e também, porque não dizer, artísticas. A fotografia me levou a aventuras e locais que jamais imaginei, quando protagonizei episódios inusitados como viajar de locomotiva ao lado do maquinista, visitar a usina hidrelétrica do Marumbi, cruzar viadutos e pontes da estrada de ferro a pé, escalar morros, andar pelas picadas da Serra do Mar fazendo contato com os mais belos trechos de rios, flores silvestres, pássaros multicoloridos, visitar várias fortalezas coloniais (Ilha do Mel, Jurerê, Anhatomirim, Ratonés, Capri), visitar Radio Telescópio em Atibaia, e tantos outros. Sempre gostei em especial das máquinas fotográficas, o que por si só é um hobby dentro de outro. Assim, eu experimentava com todo tipo de equipamento das mais famosas marcas, e nos formatos mais diversos. Também fazia todo tipo de fotografia: retrato, paisagem, macro de flores e borboletas, técnicas exóticas como solarização, separação de tons, alto

17



3



contraste, sanduíche de preto e branco e cores, até fotografia astronômica quando fotografei a Lua mediante a adaptação da câmera num telescópio de médio alcance. Experimentei ainda com cinema, produzindo inúmeros filmes em Super 8, e mais tarde com vídeo. Destaque especial ainda, fica por conta de minhas atividades docentes na fotografia. Por volta de 1992 o conceituado médico e artista fotográfico, Nicolau Gregory Czezko, me convidou para lecionar “Fotografia na Pesquisa Médica” no Curso de Pós-Graduação, nível Doutorado em Medicina da Universidade Federal do Paraná. Com minha experiência de magistério de língua inglesa desde o tempo de estudante, e de Professor Colaborador de Direito Comercial que exercera na Faculdade

de Direito da Universidade Federal do Paraná de 1977 a 1979, auxiliando o grande professor Rubens Requião, o curso foi um sucesso, tanto que o repeti também na Faculdade Evangélica de Medicina (foto nº 2). Com tais atividades, obtive ainda grande honra que foi a atribuição de título de Notório Saber, pela Universidade Federal e de Professor Doutor, pela Faculdade Evangélica do Paraná. Fui julgador de certames de arte, de fotografia, proferi palestras, sendo que, ainda, mais tarde, em 2004 fui incluído no Dicionário das Artes Plásticas do Paraná –fl. 269, de Adalice Maria de Araújo. Honra maior que essas, só a nomeação para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 2005, que é o maior orgulho de minha vida profissional.





12

A par de minha carreira na magistratura, nos dias de hoje, continuo minha atividade artístico-fotográfica nos finais de semana, viajando para a Serra do Mar e o Litoral do Paraná, onde o convívio com a Natureza e a captura de sua beleza, constituem notável derivativo para a atividade profissional da semana.

A NOTÁVEL TRAJETÓRIA DA ARTE FOTOGRÁFICA

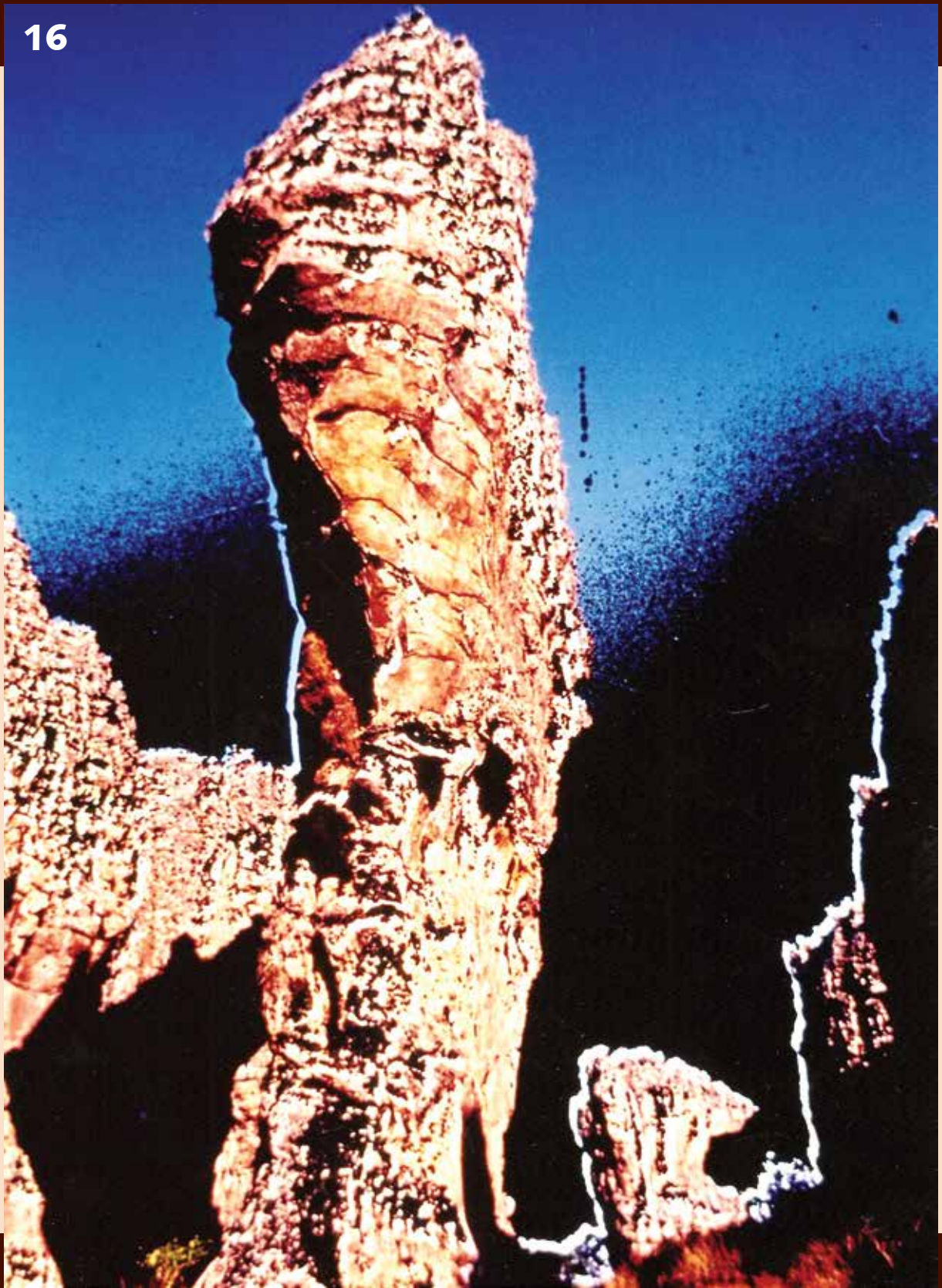
Entendo a pintura como a arte maior da imagem, sendo a sua beleza de impossível definição, e apenas passível de sentir. A pintura, que vem da mais remota arte rupestre, passando pelos murais egípcios, daí para a arte medieval de planos achatados, indo pelos afrescos renascentistas de Miguel Ângelo do Teto da Capela Sistina, até o maneirismo e o barroco, do impressionismo ao naturalismo antes do modernismo do início do século XX, tudo culminando com a arte de Renoir, Picasso e Dali, trouxe os cânones da composição, do enquadramento e da iluminação, que a toda evidência passaram para a fotografia. A invenção da fotografia em 1839 pelo francês Louis Daguerre trouxe a lume um novo meio de expressão e arte, que rapidamente se difundiu pelo mundo. Assim, a fotografia libertou a pintura da cópia, pois a realização de retratos e imagens de pessoas, prédios, paisagens, que eram de difícil e lenta execução, se transformaram na fração de um clic, iniciando uma nova era do universo da imagem, da publicidade, indústria e comércio.

18



Abreviou o tempo e possibilitou a ilusão do movimento, com o cinema. Trouxe as aventuras dos confins da Terra e da Lua para as megalópoles e para todos aqueles que não tinham como sequer imaginá-las. Ainda, do ponto de vista filosófico, entendo que a fotografia é uma possibilidade do real, pois identificamos em uníssono, com clareza e rigor, aquilo que ali está estampado. Independentemente da arte abstrata, que não leva em conta princípios do academicismo, é de se concluir que a fotografia deve seguir tais princípios, aplicando-os de modo específico para o seu meio. Muito se tem discutido sobre o caráter artístico ou não da fotografia, o que não é assunto para se tratar aqui. Entretanto, entendo que a fotografia, além de ser um suporte para outras artes e ciências, uma ferramenta poderosa, um instrumento inafastável para a publicidade, e a base para o cinema, é arte, sim. Porque ela, ao lado da pintura, provoca emoções, impacto, e forte despertar em quem a observa. A fotografia também busca o belo, quer aparente, quer encantado, quando desponta para a realidade. E além da arte, há o fotojornalismo, criado pelo francês Henri Cartier Bresson, nascido em 1908, e que a partir de 1930 começou a publicar fotos “que contavam uma história”. Tanto assim é, que fotografias famosas e amplamente divulgadas, de sua autoria, como as famosas cenas parisienses, e ainda, como o retrato de uma moça paquistanesa da capa da National Geographic (autoria de Steve McCurry), a imagem de um albatroz com as asas abertas nas Ilhas Geórgia do Sul de autoria de Franz Lanting, a montanha “Half Dome” com o rio “Merced” do Park







Nacional de Yosemite nos Estados Unidos de autoria de Ansel Adams, o modernismo da foto de Jean Cocteau esculpindo seu auto retrato, de autoria de Man Ray de 1926, são festejadas historicamente como exemplos da mais refinada Arte Fotográfica e Fotojornalismo. Como a fotografia tem forte base na física (câmara escura), na química (processos de revelação), na mecânica (construção das máquinas fotográficas) e na óptica (construção e desenvolvimento das lentes), sofreu grande desenvolvimento no fabrico de suportes e aparelhos fotográficos, tanto que de início tinha como base o metal (daguerreótipo), depois o vidro com película de gelatina, depois o filme de grandes proporções (chapas enormes de celulóide, e filmes tamanho 120 – quadros 6X9cm). Tudo isso dificultava a precisão e rapidez do uso do equipamento, quando em 1924, mediante a invenção da câ-

mara fotográfica Leica, por Oskar Barnak na Alemanha, tudo mudou. A Leica adotava um filme pequeno, o 35mm, que temos até os dias de hoje. Isso facilitou a produção de um número incrível de câmeras e lentes pelo mundo afora, destacando-se naturalmente a Alemanha e o Japão, o que popularizou a fotografia. Depois, veio a fotografia digital. Seu caráter instantâneo e facilidade de manejo popularizaram ainda mais a arte fotográfica. Entretanto, é de se concluir que sem a invenção da Leica em 1924, a invenção da câmera digital poderia ter tomado outro rumo. Claro que existem requisitos modernos que possibilitaram a fotografia digital, como por exemplo o sensor eletrônico que é o seu coração. A informática também trouxe sua contribuição, culminando no que se chama de câmera digital. Contudo, embora a fotografia digital pareça tirar a sua identidade,



2

assim não ocorre. Seja analógica ou digital, uma fotografia artística é sempre artística. E a busca pela criatividade, pelo despertar de emoções, e pela preservação dos fatos importantes da vida, como batizados, aniversários e casamentos, assim como o lado trágico das guerras, doenças, jamais terá fim. O futuro da fotografia, segundo reportagens recentes, prevê para 2015 imagens em 3 dimensões sem a necessidade de óculos especiais, para 2020 sensores orgânicos arredondados e mesclados com lentes, que dispensarão o custo elevado da produção de objetivas, para 2030 dispositivos acoplados à vista que, mediante o dedo apontado para determinado local e o comando de voz clic farão uma câmera interna disparar, permitindo assim uma interação cibernética do corpo com a aparelhagem fotográfica. Para 2050 a câmera fotográfica poderá ter desaparecido virtualmente, quando um dispositivo do Google Earth em tempo real, poderá levar a qualquer acesso de qualquer local. Câmeras existentes nos ambientes públicos trabalharão coletivamente para levar cenas a quem acessá-las, possibilitando a transferência do resultado para seu estoque particular. Vê-se por aí, que a tecnologia, mormente amparada pela cibernética, continua a progredir a passos largos, levando-nos a um futuro de informação sem precedentes.

E para encerrar, faço o cumprimento a todos, como me ensinou o grande fotógrafo paranaense Arthur Wishral, mencionando que o artista fotográfico, ao invés de dizer bom dia, deve sempre dizer boa luz. Assim, diante do encantamento que é o espetáculo da vida, desejo



9

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 1

Nikon 1988

Representante exclusiva para o Brasil e
 para todos os países de língua portuguesa
T. TANAKA & CIA LTDA.
 São Paulo - Box Marquês - Fone: 438-7410/1025-2255
 Rio de Janeiro - Rua Rio de Janeiro, 33 - Fone: 402-7410/1025-2255

a todos Boa Luz.

Alguns exemplos fotográficos de minha autoria mostram um pouco do que foi dito. A foto nº 3 é uma cena convencional de um barco à frente da baía de Antonina com o Pico Paraná ao fundo, a foto nº 4 é um destaque da flor de bananeira na Serra do Mar, a foto nº 5 é um reflexo das águas do Rio Nhundiaquara em Morretes, parecendo uma pintura, a foto nº 6 é o núcleo de um flor “Espírito Santo”, alterada com vários recursos e que levam a uma idéia abstrata, a foto nº 7 é uma cena impressionante que captei da “Esquadilha da Fumaça” numa de suas inúmeras apresentações em Curitiba, a foto nº 8 é um grande plano da ponte de ferro sobre o Rio Nhundiaquara em Porto de Cima, com o Maciço Marumbi ao fundo, a foto nº 9 é uma vista geral do Maciço da Serra da Graciosa tirada a partir do “Parque Mãe Catira”, a foto nº 10 é uma super aproximação do pássaro “Bonito Lindo” bicando

15



11





uma frutinha nesse mesmo local, a foto nº 11 é também uma super aproximação do pássaro “Saíra 7 Cores” com uma flor “Helicônia” ao fundo, a foto nº 12 mostra uma borboleta pousada também numa frutinha da Serra da Graciosa, a foto nº 13 mostra uma flor na superfície da água no Jardim Botânico, a foto nº 14 me retrata observando a incrível paisagem serrana, com a “Serra da Prata” ao fundo, a foto nº 15 mostra as gôndolas de Veneza, a foto nº 16 é um “sanduíche de preto e branco e cores da “Pedra do Navio” em Vila Velha, a foto nº 17 é uma super aproximação de uma aranha em sua teia na Serra do Mar, a foto nº 18 retrata o “Pico Paraná” em toda a sua imponência na Estrada da Usina Capivari Cachoeira, a foto nº 19 retrata as árvores amarelas em Curitiba, que nos encantam em março de todos os anos, a foto nº 20 me retrata com câmeras, diplomas, troféus e medalhas que obtive em tantos anos de trabalho pela carreira profissional e pela arte.








Claudio de Andrade

Nasceu em Curitiba em 1947. Formado bacharel em Direito pela UFPR em 1971. Fundou seu escritório de advocacia autônomo em Curitiba no início de 1972, atuando em várias áreas, porém com especial destaque para a cível e comercial.



Atuou em Comarcas do interior do Paraná, como Paranaguá, Ponta Grossa, Castro e Foz do Iguaçu e, também, nos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Foi Professor Colaborador de Direito Comercial da UFPR de 1977 a 1979, auxiliando o Professor Rubens Requião. Ingressou no Instituto dos Advogados do Paraná em 1974, onde exerceu os cargos de juiz e corregedor do Tribunal de Ética da OAB-PR e presidiu as eleições da Subseção de Curitiba em 2000. Foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada pelo quinto constitucional na classe dos advogados em abril de 2004, e, em março de 2005, promovido para o cargo de desembargador do TJPR. Paralelamente à sua carreira na advocacia e na magistratura, vem se dedicando à arte fotográfica, tendo presidido o Foto Clube do Paraná, participando e obtendo premiações em inúmeros certames nacionais e internacionais de fotografia, escrevendo artigos dominicais sobre arte fotográfica no jornal Gazeta do Povo, e, inclusive, lecionando Fotografia na Pesquisa Médica nas Faculdades de Medicina da UFPR e na Evangélica do Paraná, níveis mestrado e doutorado. 



João Osório Brzezinski



TALENTOS

Toga e literatura

LUÍZA PEREIRA DORFMUND

*1918+1995



Filha de Luíza Eri-chsen e Ernesto Pe-reira nasceu em Pal-meira PR. Residindo em Curitiba, cursou o Grupo Escolar Alba Guimarães Playsant, anexo à Escola Nor-mal Secundária, atual Instituto de Educa-ção do Paraná Prof. Erasmo Pilloto, onde concluiu o curso de



normalista no ano de 1933. Especializou-se em Educação Física, Educação Especial e habilitou-se para exercer o Jornalismo. Nomeada professora, exerceu o cargo nas cidades de Rio Negro, Campo Largo e Palmeira. Nesta última, em 1942, casou-se em com o Promo-tor de Justiça Henrique Nogueira Dorfmund, mais tarde, juiz de direito, desembargador e presidente do TJPR.

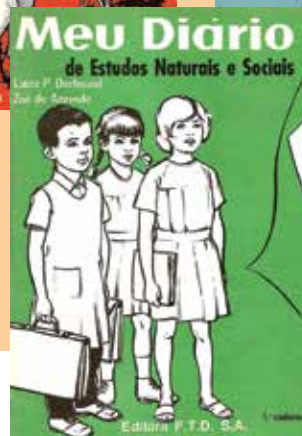
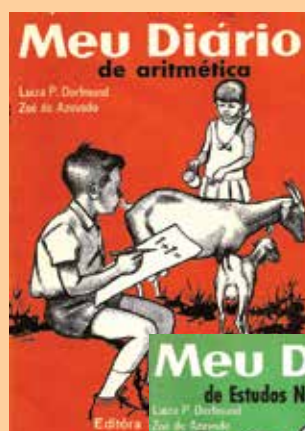
Na década de cinquenta havia um pro-grama geral de ensino e cabia ao professor o planejamento e sua aplicação. Era escassa a orientação didática e não havia material pe-dagógico específico para as aulas. Em 1954, o primeiro governo de Moisés Lupion aprovou a Lei Orgânica da Educação e implantou um sistema estadual de ensino, normatizando a aplicação dos conteúdos de acordo com a ida-de dos alunos. A falta de material pedagógico dificultava a ação docente. Dona Luíza, para facilitar o ensino e a aprendizagem em suas classes, reuniu as lendas e histórias populares paranaenses em um caderno, servindo-se dessa motivação para o ensino das matérias curri-culares. Por meio do conto impôs sua didática. O caderno era cobiçado, outras professoras dese-javam copiá-lo. Em 1958, a Livraria Ghignone propôs a publicação do material com o título 'LENDAS DO PARANÁ', ideia imediatamente aprovada, inclusive pelo recém instalado Cen-tro de Estudos e Pesquisas do Paraná. Assim,



a agora Editora J. Ghignone passou a publicar também os conteúdos que lhe serviam de orientação para as aulas de jardim de infância e do curso primário reunidos na obra 'MEU DIÁRIO', com todo o programa curricular de pré-escola e de 1ª a 5ª série, que abrangem as disciplinas de linguagem, matemática, história, geografia, ciências físicas e naturais. Com a escassez de títulos em estudos paranaenses, surgiu novo livro, condensado e específico 'O ESTADO DO PARANÁ – Elementos de Geografia e História', pela Ed. J. Ghignone. Em 1963, a Editora do Brasil assumiu a publicação da coleção, MEU DIÁRIO, juntamente com quatro CADERNOS DE EXERCÍCIOS, um para cada série, num total de nove volumes. Foram aproximadamente 90 edições até 1967. Nesse ano, a Editora FTD passou a imprimir todos os volumes, estendendo-se por mais outras tantas edições, até 1971.


Em 1979, escreveu breve opúsculo sobre sua bisavó Emília Erichsen. Documento de reputada importância e de leitura obrigatória aos pesquisadores em Educação. Escreveu também o livro de poesias CONVERSANDO, último de sua lavra, publicado após o falecimento de seu esposo, o Des. Henrique Dorfmund.

Luíza Pereira Dorfmund, professora, jornalista, mulher de personalidade forte, conversa franca e agradável, autora de livros didáticos, qualificou o ensino, prestigiou o professor e, assim, concorreu para a educação integral do aluno. Suas aulas eram entremeadas de bom humor e alegria. Redatora do jornal Gazeta do Povo, colaborou em periódicos e revistas paranaenses. Sócia da Academia de Letras José de Alencar, da Academia Feminina de Letras, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, do Soroptimismo Internacional, do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira e o do Paraná. Reconhecida e respeitada como autora da primeira coleção sobre lendas paranaenses recebeu o título de Cidadã Honorária de Curitiba em 1964. Faleceu em nossa Capital.



REGINA
DÁCIA
DIÓGENES
RAMINA



Nasceu em Fortaleza CE em 1943. Licenciada em História Natural, Turma 1967, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Lecionou a matéria de Biologia na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio e na Universidade de Londrina, comarcas onde seu marido, o Des. Antônio Domingos Ramina, julgou. Na arte da pintura iniciou seus estudos na cidade de Pato Branco, em 1974, continuou em Santo Antônio da Platina e, finalmente em Curitiba, quando recebeu aulas da artista plástica Arilene Vera Cytrynski. Participou de exposições coletivas na Capital e duas de suas telas em óleo integram o acervo do TJPR. Suas obras com pinheiros e flores, inspiradas na paisagem paranaense, são em cores fortes, caracterizando um estilo determinado e sensibilidade. É dedicada promotora de ações solidárias dando atendimento a crianças e idosos em situação de risco. 





ESTÃO VOLTANDO AS FLORES...

Paulo Soledade

*Vê, estão voltando as flores,
Vê, nessa manhã tão linda,
Vê, como é bonita a vida,
Vê, há esperança ainda.
Vê, as nuvens estão passando,
Vê, um novo céu se abrindo,
Vê, o sol se iluminando,
Por onde nós vamos indo.
Por onde nós vamos indo.*

Paulo Gurgel do Amaral Valente Soledade *1919+1980, nasceu em Paranaguá, filho de Frederico Soledade e Eleonora Gurgel do Amaral Valente. Após o falecimento de seu pai, passou a morar com o avô materno, o poeta e pecuarista Heitor Valente, em Curitiba. Casou-se com a cantora argentina Lina de Lucca e tiveram dois filhos, Paulo e Eleonora. Piloto da aviação civil, violonista e compositor, autor de 'Zum Zum', 'Estrela do Mar', 'Grão de Areia', 'Rancho das Flores', parceiro de Vinícius de Moraes em 'Poema dos Olhos da Amada', 'São Francisco' interpretadas por grandes cantores, Altemar Dutra, Helena de Lima, Sílvio Caldas, Dalva de Oliveira.

O Governador Esperidião Amin, por ocasião das enchentes que assolaram Itajaí e Blumenau, adotou a música 'Estão Voltando as Flores' como hino da recuperação de Santa Catarina, numa homenagem ímpar ao compositor paranaense.



GIL FRANCISCO DE PAULA XAVIER GUERRA

Adeus a um amigo!

*Sonhara um dia ter alegria,
O moço menino, de sonhos tão simples!
Sonhara com um dia de ter alegria,
Sonhara, sonhara, vivia a sonhar!*

*Andava nas ruas, brincava, sorria,
Dormia nas ruas, sorria, sofria,
Fazia dos cantos, dos becos amigos,
O sonho do lar, que sonhava e não tinha!*

*Até onde pode sorrir e sonhar,
Seguiu seu caminho, de moço menino,
Nunca cresceu, de fato em juízo,
Nunca deixou de sorrir nem sonhar!*

*Pudera ter feito, bem mais do que fiz,
Melhor acolher, ser pleno, integral,
Só foram migalhas meus gestos de então!
Mas foram partidas de meu coração!*

*Partistes menino de sonhos tão lindos,
Sem ver ou saber da vida as maldades,
Tornas ao colo da mãe carinhosa
Que nunca teve, quem sabe agora!*



Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, nasceu em 04 de outubro de 1963 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma de Julho de 1986. Ingressou na magistratura paranaense em 1990, nomeado para a 42ª Sessão Judiciária com sede em Guaíra. Judicou nas Comarcas de Guaíra, Matelândia, Prudentópolis, Guarapuava, Maringá e Curitiba, aonde chegou em 1997, atuando na Vara de Infância e Juventude, 3ª. e 7ª. Varas Cíveis. Atualmente é juiz de direito substituto em 2º grau. Foi 1º Vice-Presidente da Associação dos Juizes de Direito e Promotores de Justiça da Infância e Juventude do Estado do Paraná e membro do Conselho Fiscal da AMAPAR. Diretor Financeiro da gestão 2008/09. Neto do Des. Francisco de Paula Xavier Filho. ✍



Tempo Rei!

*Dízem de tí, Senhor Tempo,
Que toda desavença aplacas!
Que vences todas lembranças,
Por tuas forças levadas!*

*Olvidam a força de um peito!
Senhor de seus sentimentos,
Que um dia escolhe a senhora
Da vida e de suas razões!*

*Debatem, combatem, afastam,
As gentes do peito a amada,
Ferida, tingida, aviltada,
Por pobre, a pobre é levada!*

*De nada importa o sentir,
De quem seu peito almejava
A dura dor da incerteza,
Parece mesmo atingir:*

*No cerne, o estado da alma,
No meio a firmeza do homem,
No fundo, a esperança de sempre,
Na frente, o caminho a seguir!*

*Mas há sempre tí Senhor Tempo!
Nos ventos da mente do homem,
Marcando na vida as passagens,
Que um dia terá que viver!*

Travessia

*Ao longo da vida, da história que temos,
Há tantos encontros, há muita alegria,
Há horas perdidas, há quadras vazias!
Pranto e espanto, há gente a espreitar:*

*As quedas sofridas, momentos difíceis,
Tormentas horríveis, a lama da vida,
Os passos errados, tropeços, feridas,
Enganos vividos, flagelos da alma!*

*Há sempre no entanto, a par da maldade,
Do escárnio e desprezo, o coração a pulsar!
Há o sol do Senhor que todos os dias,
Renova na Terra os dons de viver!*

*Há sempre esperança e amor indulgente,
O solo e a semente, a ação de plantar,
Com mãos de ternura o caminho a trilhar!*

*A prece é amiga, do amigo da vida,
Nas horas difíceis do engano terrestre,
Caminho seguro ao porto dos céus!*

RUY FERNANDO DE OLIVEIRA



Ruy Fernando de Oliveira nasceu em Ponta Grossa PR, em 1940. Realizou seus estudos iniciais no Colégio José Bonifácio de Paranaguá e transferiu-se para Curitiba, graduando-se bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, em 1965. Em 1966 era promotor de Justiça interino e, no mesmo ano, após concurso para a magistratura foi nomeado juiz substituto em Campo Largo, Cerro Azul, Araucária e Rio Negro. Em 1968, efetivado como juiz de direito, julgou nas comarcas de Ipiranga, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Paranaguá e Curitiba, aonde chegou em 1978. Exerceu o cargo de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça em 1980 e, no mesmo ano, concluiu o Curso de Especialização em Direito Público na UFPR. Titular da 12ª Vara Civil por oito anos, até ser nomeado juiz de alçada em 1990 e para o cargo de desembargador em 1999.

INSTANTÂNEO

*Chamo inutilmente seu nome
na tarde baça.
Os dois veleiros alinhados,
atentos como testemunhas,
sabem que não me moverei
até o anoitecer.*

*Por onde você anda - tenho certeza -
ninguém dará conta de nada:
nem do compasso de seus passos
nem da dessimetria de meus ombros
não poupados.*

*Tudo perfeito e inevitável,
como o suspiro tardio que não cansa,
ou o ruflar de asas na costeira.*

*Mas desconfio que nessa paz mediterrânea
talvez lhe acuda, com repentino espanto,
que nossa vida parou num desvão do tempo.*

Janeiro de 2003

No magistério, lecionou Deontologia do Magistrado e Direito Tributário na EMAP e assumiu as funções de coordenador-geral do curso noturno. Nos anos de 1988 a 1991 dirigiu aquele estabelecimento e atuou como coordenador da Região Sul da Escola Superior da Magistratura Nacional e, em 1993, responsabilizou-se pelos cursos de atualização da escola paranaense.

Participante de diretorias da Amapar exerceu os cargos de 1ª secretário, na gestão em 1981/82, diretor social em 1986/87, vice-presidente em 1992/93 e conselheiro em 1996/97. Eleito presidente para os anos 1998 e 1999 incentivou a programação da EMAP, organizando seminários e debates sobre temas pertinentes, reformas constitucionais e administrativas, estabelecendo estratégias para a incorporação dos tribunais de Alçada e de Justiça, reestruturou os departamentos da Associação, promovendo seu ingresso na internet e criação de lista privativa de discussão.

É autor do livro 'Justiça é Cidadania' com artigos e pronunciamentos sobre questões institucionais, valorizando a função do magistrado, assegurando o respeito à magistratura e promovendo a harmonia entre os poderes.

CALOR SUFOCANTE



O calor de Paranaguá me mata.
Mesmo na Ilha do Valadares e no Rocío,
diante de pachorrentas gaivotas
em vôo baixo,
já aguentei até 40°,
afora o mormaço.

Conheci um sujeito
que lutou por um emprego
numa agência marítima
só porque ali havia
ar condicionado.
Era seu sonho muito acalentado
escapar do areão fervente,
da roupa grudada no corpo.
Além disso, recitava
uns versos de Baudelaire
e queria ser radioamador,
que ninguém é de ferro.

Não perco, na tarde modorrenta,
(a minha antena do tempo
capta bem as imagens)
a visão das altas palmeiras imperiais
solenes e imóveis
contra o céu azul-tinindo
que parece distante
e o sol tão perto.

Um postal da igreja matriz
pende da soleira da porta
do velho bazar,
desbotado pelo tempo
e pelo sol inclemente.
Parece pedir socorro
em sua nudez policromática gasta.
Recusa-se a morrer.

Na maré gorda do Itiberê
guris pançudos
de transparentes calções
e nádegas à mostra
boiam e boiam,
pulam e pulam do caís,
que a vida é isso aí.

Tenho ainda um sonho recorrente.
Vejo o Itiberê seco,
as milhares de pedras no leito,
sobrando-lhe apenas
dois pequenos cursos paralelos,
minguados e raquíticos,
por onde - se sabia -
sempre passaram
os dois canais de navegação.
O que teria acontecido?
Parece que o cataclismo definitivo
da consciência intocada, talvez.
Sei lá.

Enquanto a moça solitária
continua sua vigília
na janela do casarão tricentenário
(cujas grossas paredes podem estar fervendo),
entendo que
só me cabe suar.

Que calor, que calor.
Vou tentar a sombra
da árvore do mercado.
Mais um pouco
e derreto derretido.

Pela fenda da saudade,
é certo,
passa uma aragem tímida.
Preciso mantê-la viva.

Paranaguá, fevereiro de 2001

Surpresa

Sinto que me viajo,
junco perdido
no luar compadecido
de abril.
Sei que não desmereço
os doze frades
estáticos, lúcidos,
à espera.

Nunca pensei, porém,
que me parecesse tanto
com os vegetais
nem que respirasse assim,
de viés,
triste como Millôr Fernandes
e com cara de Araújo.

Abril de 1985



Waldemar Curt Freysleben



Frederico Lange de Morretes



João Osório Brzezinski

Artista de vanguarda expõe um trabalho original e de qualidade. Cores fortes, acrescidas de textura, palavras e frases, colagem, tecido, imprimem profundidade e expressam a sensibilidade do autor. Nasceu em Castro em 1941, filho do desembargador Isidoro João Brzezinski e de Conceição Bueno Brzezinski. Desenhista, pintor, escultor, designer gráfico e professor. Formado em Pintura pela Escola de Música e Belas Artes, em 1962, e em Didática do Desenho pela Faculdade Católica de Filosofia, no ano seguinte. Funcionário do Tribunal de Justiça, diretor do Museu Alfredo Andersen e do Centro de Criatividade de Curitiba. Participou dos mais importantes eventos e salões de arte nacional nas capitais brasileiras e países vizinhos, recebendo reconhecimento e premiações.

(‘João Osório Brzezinski é o mais premiado artista paranaense de todos os tempos’.

Panorama da Arte Brasileira/2002)



Waldemar Curt Freysleben


*1899 + 1970

Viveu em Istambul, onde moravam seus avós. Veio para Curitiba, integrando-se ao meio intelectual, pois era um erudito com enorme talento para a pintura. Tornou-se crítico de arte, sob o pseudônimo de Alfredo Emílio, nome dado em homenagem ao seu mestre, Alfredo Andersen. Frequentou o ateliê de Andersen na mesma época que Estanislau Traple, Artur Nísio, Lange de Morretes, Kurt Boiger, De Bona e, posteriormente, de Poty. Com estes, participou da fundação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em 1948, onde foi professor da matéria Paisagem. Dedicado igualmente à música, estudou piano e violoncelo. Reconhecido como paisagista e retratista, pintou até o seu falecimento, ocorrido em Curitiba.

Frederico Lange de Morretes

* 1892 + 1954



Nascido em Morretes, filho do Engenheiro Lange (nome da estação da estrada de ferro) partiu para a Europa em 1910 para estudar na Real Academia de Leipzig e na Escola de Belas Artes de Munique. Cientista reputado, malacologista (dedicado ao estudo de moluscos) foi desenhista e pintor. Introduziu no Estado o estilo paranista, identificando o pinheiro como um motivo paranaense. Com o auxílio da botânica fez inúmeras representações artísticas em telas e em desenhos geométricos sobre o pinheiro, árvore de crescimento simétrico. Idealizou uma coluna com o tronco do pinheiro e, no capitel, pinhas e o próprio pinhão. Seus alunos na Escola Normal Secundária executaram projetos em trabalhos manuais, toalhas bordadas e chapas em entalhe de madeira, divulgando a ideia original da árvore paranaense. Participou de inúmeras exposições de pinturas no Brasil e na Alemanha. Escreveu: *Uma Árvore Bem Brasileira* e *Ensaio de Catálogo dos Moluscos do Brasil*. Autor dos desenhos de pinhão que decoram as calçadas curitibanas. Junto a sua residência, durante dez anos, 1925 a 1935, manteve uma escola de artes, frequentada pelos grandes pintores paranaenses. Fundou a Sociedade dos Artistas do Paraná, que congregava pintores, músicos e intérpretes, contribuindo para a divulgação da cultura paranaense. Condenou a devastação das florestas e incentivou a criação de um parque nacional de preservação da natureza. Faleceu em Curitiba. 



João Osório Brzezinski